

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO

WLADISLAU GUIMARÃES SILVA CHALUB

ESTUDO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS  
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO ÂMBITO REGIONAL: ANÁLISE MULTICASO  
NAS COOPERATIVAS INCUBADAS DE RECICLAGEM COOPERCICLA E  
COOREPA

UBERLÂNDIA  
2018

WLADISLAU GUIMARÃES SILVA CHALUB

ESTUDO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS  
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO ÂMBITO REGIONAL: ANÁLISE MULTICASO  
NAS COOPERATIVAS INCUBADAS DE RECICLAGEM COOPERCICLA E  
COOREPA

Dissertação apresentada ao Programa de  
mestrado em Administração da Universidade  
Federal de Uberlândia(UFU), como exigência  
parcial para obtenção do Título de Mestre em  
Administração.

Área de concentração: Organizações e mudanças

Orientador: Prof. Dr. Edson Arlindo Silva

UBERLÂNDIA  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

C441e  
2018

Chalub, Wladislau Guimarães Silva, 1982-  
Estudo das práticas de gestão dos empreendimentos econômicos  
solidários no âmbito regional [recurso eletrônico] : análise multicaso nas  
cooperativas incubadas de reciclagem Coopericla e Coorepa / Wladislau  
Guimarães Silva Chalub. - 2018.

Orientador: Edson Arlindo Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Administração.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.922>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Administração. 2. Empreendedorismo social. 3. Cooperativismo -  
Aspectos sociais. 4. Reciclagem. I. Silva, Edson Arlindo, 1972-,  
(Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
Graduação em Administração. III. Título.

---

CDU: 658



## ATA

Ata da defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO junto ao Programa de Pós-graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia.

Defesa de: **Dissertação de Mestrado Acadêmico Número 200 – PPGAD.**

Data: **07 de dezembro de 2018.**

Discente: **Wladislau Guimarães Silva Chalub – Matrícula: 11712ADM025.**

Título do Trabalho: **Estudo Comparativo das Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Âmbito Regional: Análise Multicaso nas Cooperativas Incubadas de Reciclagem COOREPA/MS e COOPERCICLA/MG**

Área de concentração: **Gestão Organizacional.**

Linha de pesquisa: **Organização e Mudança.**

Às 9 horas do dia 07 de dezembro de 2018 na sala 1F223 do Bloco IF - Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração, composta pelos Professores Doutores: Cristiane Betanho (FAGEN/UFU), Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS) e Edson Arlindo Silva (UFU), orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos, o(a) presidente da mesa Dr<sup>(a)</sup>. Edson Arlindo Silva apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao(a) Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do(a) Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o(a) Senhor(a) Presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessiva, aos examinadores, que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o conceito final.

☒ ( X ) Aprovado(a)      ☐ ( ) Reprovado(a)

Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou o candidato aprovado.

Esta Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos às 11 horas e 07 minutos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e julgada em conformidade, foi assinada pela Banca Examinadora.

Orientador(a) Prof<sup>(a)</sup>. Dr<sup>(a)</sup>. Edson Arlindo Silva

Membro Interno Prof<sup>(a)</sup>. Dr<sup>(a)</sup>. Cristiane Betanho

Membro Externo Prof<sup>(a)</sup>. Dr<sup>(a)</sup>. Geraldino Carneiro de Araújo



Documento assinado eletronicamente por **Edson Arlindo Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/12/2018, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Betanho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/12/2018, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldino Carneiro de Araújo, Usuário Externo**, em 07/12/2018, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0846301** e o código CRC **C6889564**.



Aos meus pais Wladislau (*In memorian*) e Sandra.  
A Minha irmã Erika.  
A Minha esposa Thais e filhas.  
Ao meu filho, dedico.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço;

A sociedade, que financiou meus estudos em uma universidade pública.

Ao Prof. Dr. Edson Arlindo Silva, pela dedicação, paciência, ensinamentos, gentilezas e por aceitar orientar-me nesta dissertação.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e dedicação de todos os professores do programa de mestrado da FAGEN da Universidade Federal de Uberlândia, agradeço a todos.

A toda direção, coordenação e colaboradores da UFU.

Aos membros da banca.

Agradeço minha mãe pelo apoio financeiro para dedicar-me ao curso de mestrado.

## RESUMO

O sistema capitalista transformou as relações sociais de trabalho, mudou formas tradicionais de produção e prestação de serviços, não obstante, trouxeram diferenças descomunais entre países desenvolvidos e em processo de desenvolvimento, entre ricos e pobres, donos dos meios de produção e detentores da força de trabalho, acarretando desigualdades geográficas, exclusão social e aumento do desemprego. É neste contexto que a “Economia Solidária” surge como uma das alternativas ao modelo econômico tradicional, se tornando uma forma de combate ao desemprego e compartilhando a ideia de apoio, amparo, assistência, solidariedade, cooperação e autoajuda aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade ou sem o emprego formal de trabalho. Assim, a economia solidária é concebida como atividades econômicas organizadas por trabalhadores que praticam a autogestão, da mesma forma, as cooperativas ligadas a este tipo de economia promovem o desenvolvimento entre os cooperados, podendo ser uma estratégia competitiva na busca de vantagens e sustentabilidade. Desse modo esta pesquisa investigou as práticas de gestão compartilhada em conexão com os princípios da economia solidária nas cooperativas regionais de reciclagem, Cooperativa Recicla Paranaíba (COOREPA/MS) e Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba (COOPERCICLA/MG), consideradas neste estudo como unidades de análise investigadas. Quanto à abordagem, esta investigação se classifica como pesquisa qualitativa, tendo como propósito a forma descritiva e como procedimento técnico utilizou-se o estudo de caso. A coleta foi por meio de análises de documentos oficiais em poder das cooperativas investigadas e relatórios publicados em órgãos como o IBGE, OCEMG, OCB/MS, Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), dentre outros relacionados ao tema abordado. Os resultados relevantes encontrados mostram que os princípios de economia solidária estão atrelados às cooperativas estudadas, no entanto identificou significativo desconhecimento, por parte da maioria dos cooperados, a respeito da sua compreensão sobre autogestão, gestão democrática compartilhada e de direitos e deveres atrelados à sua condição de associado/cooperado. Conclui-se que as cooperativas de reciclagens estudadas fizeram parte de processos de incubação via universidades federais Universidade Federal de Uberlândia (UFU/Campus Pontal) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/Campus de Paranaíba), que em um primeiro momento fortaleceram os processos de trabalho dos cooperados, mas que atualmente encontram-se desenvolvendo suas atividades comerciais com relativa autonomia e distante das universidades que as incubou dentro da lógica de empreendimento coletivo econômico solidário.

Palavras Chave: Empreendimentos Econômicos Solidários, Cooperativismo, Reciclagem.



## ABSTRACT

The capitalist system has transformed the social relations of labor, changed the traditional forms of production and provision of services. Nevertheless, brought huge differences between developed countries and those in developing process, between rich and poor, owners of the means of production and holders of the labor force, leading to geographical inequalities, social exclusion and increase in unemployment. It is in this context that the "Solidarity Economy" appears as one of the alternatives to the traditional economic model, becoming a way of combating unemployment and sharing the idea of support, protection, assistance, solidarity, cooperation and self - help for workers in a situation of vulnerability or without formal employment. Thus, the solidarity economy is conceived as economic activities organized by workers who practice the self - management, in the way as the cooperatives connected to this kind of economy promote the development among the members, what may be a competitive strategy in the search for advantages and sustainability. This way, this research investigated the practices of shared management in connection to the principles of the solidarity economy in regional recycling cooperatives, Cooperative Recycles Paranaíba (COOREPA /MS) and Ituiutaba Recycling Cooperative (COOPERACICLA/MG), considered in this study as units of analyses investigated. As for the approach, this investigation is classified as qualitative research, having as purpose the descriptive form and as technical procedure was used the case study. The collection was by means of analyses of official documents held by the cooperatives investigated and reports published by bodies such as IBGE, OCEMG, OCB/MS, Organization of the cooperatives of Brazil (OCB) among others related to the topic addressed . The relevant results found show that the principles of the solidarity economy are tied to the cooperatives studied. However, it has identified a significant lack of knowledge on the part of the majority of the cooperative ones, on regarding their understanding about self- management , shared democratic management and the rights and duties of their associated / cooperative status. It is concluded that the recycling cooperatives studied were part of the incubation process via federal universities (UFU and UFMS), which in the first instance strengthened the cooperative's work process, but are currently developing their commercial activities with relative autonomy and distant from the universities that incubated them within the logic of collective economic solidarity enterprising.

Key Words: Economic Solidarity Enterprising, Cooperativism, Recycling

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quantidade de EES conforme as formas de organização .....	20
Figura 2 - Inauguração da nova sede da COOREPA.....	34
Figura 3 - Área construída COOREPA .....	34
Figura 4 - Área de separação dos materiais .....	35
Figura 5: Espaço para separação no prédio antigo .....	36
Figura 6 - Etapa de pré-triagem.....	37
Figura 7 Separação de resíduos nas baías.....	37
Figura 8: Inauguração nova sede COOPERCICLA .....	38
Figura 9: Área Externa da COOPERCICLA.....	38
Figura 10: Área Interna da COOPERCICLA .....	39
Figura 11: Área da Cozinha - COOPERCICLA.....	39
Figura 12: Visão parcial do atual Refeitório da COOPERCICLA.....	40
Figura 13: Carga de papel branco .....	41
Figura 14: Carga de alumínio .....	41
Figura 15: Momento de troca de experiência entre cooperados .....	42
Figura 16: Revelação dos amigo secreto .....	42
Figura 17: Momento de confraternização entre os cooperados .....	43
Figura 18: Ginástica laboral .....	43
Figura 19: Esteira de seleção .....	44
Figura 20: Prensa do material separado.....	44
Figura 21: Fardos prontos para estocagem .....	45
Figura 22 - Quantidade de homens e mulheres das cooperativas.....	55
Figura 23 - Faixa etária dos cooperados da COOREPA .....	55
Figura 24 - Faixa etária dos cooperados da COOPERCICLA .....	56
Figura 25 - Nível de escolaridade COOPERCICLA .....	56
Figura 26 - Tempo de trabalho nas cooperativas.....	57
Figura 27 - Situação dos indivíduos antes de se tornarem cooperados .....	57
Figura 28 - Dinâmica de Trabalho dos Sócios Cooperados .....	58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre “Sociedade Cooperativa” e “Sociedade Mercantil” .....	13
Quadro 2 - Panorama dos materiais reciclados e não reciclados nas Cooperativas .....	59

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Motivos de interesse por empreendimentos de economia solidária .....	18
Tabela 2 - Distribuição dos empreendimentos de economia solidária no Brasil pelo número de habitantes .....	19

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCOSOL - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária

CONAES – Conferencia Nacional de Economia Solidária

CONFESOL - Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

COOPERCICLA – Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba

COOREPA – Cooperativa Recicla Paranaíba

ES – Economia solidária

ESS – Empreendimentos de Economia Solidária

ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis

MNES – Mapeamento Nacional da Economia Solidária

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. Objetivo Geral .....	5
1.2. Objetivos Específicos.....	5
1.3. Justificativa e Relevância do Estudo Realizado.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	10
2.1. Cooperativismo: Conceitos e Teorias .....	10
2.1.1. Cooperativismo no Brasil.....	11
2.1.2. Análise Legal Sobre Cooperativas Brasileiras .....	12
2.2. Economia Solidária .....	13
2.3. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).....	21
2.4. Estudos Relacionados.....	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	25
3.1. Delineamentos da Pesquisa.....	25
3.2. Unidades de Análise .....	27
3.3. Dados: Fontes, Coleta e Análise .....	27
4. RESULTADOS ENCONTRADOS .....	30
4.1. Cooperativa Recicla Paranaíba - COOREPA .....	30
4.2. Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba/MG – COOPERCICLA .....	32
4.3. Características das Cooperativas de Reciclagem .....	33
4.3.1. COOREPA .....	33
4.3.2. COOPERCICLA .....	36
4.4. Princípios da Economia Solidária e suas Relações com as Cooperativas Estudadas .....	45
4.4.1. Inclusão e Valorização Social do Trabalho nos Empreendimentos Solidários Analisados ..	45
4.4.2. O Reconhecimento da Mulher e do Feminino numa Economia Fundamentada na Solidariedade.....	48
4.4.3. Respeito com a Natureza e os Princípios de Solidariedade.....	51
4.5. A Gestão das Cooperativas de Economia solidária de Reciclagens Regional.....	51
4.5.1. Gestão Social e Democrática.....	52

	ii
4.5.2. Análise Econômica.....	53
4.5.3. Análise Organizacional .....	54
<b>4.6. Difusão dos Princípios e os Valores Cooperativistas.....</b>	<b>59</b>
4.6.1. Adesão Livre e Voluntária.....	60
4.6.2. Gestão Democrática .....	60
4.6.3. Autonomia, Independência e Autogestão.....	61
4.6.4. Educação, Formação e Informação .....	62
<b>4.7. Contribuições das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares aos Empreendimentos Solidários .....</b>	<b>62</b>
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	66
6. REFERÊNCIAS .....	69
APÊNDICE1: Princípios de Economia Solidária .....	76
APÊNDICE 2: Metas do plano nacional de economia solidária (2015-2019).....	81

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, como proposta de extensão universitária, as universidades públicas, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), promove a inserção, no mercado formal de trabalho de milhares de trabalhadores brasileiros que se encontram na informalidade/desempregado e/ou em situação de vulnerabilidade econômico-social. Um dos propósitos dessas instituições públicas de ensino superior é permitir a formação, qualificação e assessoria a esses trabalhadores para que possam constituir seu próprio negócio, ou adquirir o preparo necessário para prestação de serviços e/ou, comercialização de produtos no mercado globalizado. Os princípios que fundamentam essa alternativa de geração de trabalho e renda são aqueles de autogestão e gestão democrática. As ITCPs podem contribuir, por exemplo, com a organização dos trabalhadores para a prática da “economia popular solidária, visando à superação da exclusão social e do desemprego” (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000; POCHAMNN, 2012).

Nesse sentido, o mercado de trabalho brasileiro passa por mudanças constantes, desde a Era Vargas (1930-1945; 1950-1954), configurando um conjunto de planos econômicos, políticas e programas de desenvolvimento econômico nacional. Cenários econômicos instáveis como inflação, variação dos níveis de investimentos e o endividamento do Estado também marcaram a economia do país, o que influenciou direta ou indiretamente o trabalho da população.

Nesse contexto, Giddens (1991) ao analisar as consequências da modernidade, desde a primeira Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, ressalta que no século XX ocorreram as principais transformações e mudanças, desde o surgimento do Sistema Capitalista. Este sistema revolucionou as relações sociais de trabalho, transformou formas tradicionais de produção e prestação de serviços, e expandiu significativamente as inovações tecnológicas, como a informatização e automação no processo produtivo das indústrias e empresas de modo geral.

Para Pochamnn, (2012), o século XX e início do atual, trouxeram diferenças discrepantes entre países desenvolvidos e em processo de desenvolvimento, entre ricos e pobres, detentores dos meios de produção e possuidores da força de trabalho, acarretando desigualdades regionais, exclusão social e desemprego.



Assim, o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades para os seres humanos terem mais segurança, o que é importante para qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas, a modernidade tem também um lado desafiante, que se tornou muito aparente no século atual. Esse desafio que inclui muitas vezes incertezas econômicas e sociopolíticas, tem revelado um crescimento das taxas de desemprego, que é, cada vez mais, agravado pelo processo de informatização e automação das indústrias, que criam postos de trabalho que exigem qualificação e flexibilidade do trabalhador, mas, que não conseguem absorver a parte ociosa de mão-de-obra da classe trabalhadora economicamente ativa do Brasil, caracterizada pela pouca qualificação. Entre as formas de organização dos Empreendimentos de Economia Solidárias (EES), no Brasil, 8,8% são cooperativas.

Dessa forma, alternativas para combate ao desemprego surgem como oportunidade para algumas pessoas, mediante ação de determinadas instituições, como, por exemplo, as cooperativas de iniciativa popular e de economia solidária. Este tipo de empreendimento coletivo, tecnicamente, torna a gestão da organização democrática uma vez que a gestão é feita pelos cooperados e muitas vezes alternando os cargos (LAVILLE, 2009).

Nesse contexto, as cooperativas solidárias de iniciativa popular podem promover a inserção no mercado de trabalho, além disso, algumas contribuições sociais ganham destaque neste tipo de organização de ajuda mútua como, o enfrentamento ao desemprego (SINGER 2004a; OLIVEIRA, 2008), o combate à marginalização de pessoas e sustentabilidade do crescimento econômico (SINGER, 2001), participação democrática na gestão por intermédio da autogestão (SINGER, 2004a), ainda é possível notar que nas organizações solidárias, a produção não é decidida em função do lucro individual, mas com uma expectativa de bem comum ajudando a promover a justiça social (LAVILLE, 2009). Outros autores como Valadão-Júnior, Herk e Medeiros (2004) e Nobre (2003) pleiteiam ainda questões de gênero e poder nas instituições solidárias.

Em face ao exposto, têm-se as questões norteadoras da pesquisa:

- 1ª) Estas cooperativas contribuem com a população no sentido de potencializar o emprego e diminuir a exclusão social?
- 2ª) Estas cooperativas atuam isoladamente ou estabelecem relações mais amplas com a sociedade, Estado e o mercado?

3ª) De que forma estas cooperativas se articulam com os princípios de economia solidária?

4ª) Como estas cooperativas utilizam, produzem, comercializam e reproduzem o material reciclado no âmbito regional?

5ª) Como ocorre a dinâmica de gestão democrática compartilhada entre associados/cooperados e a diretoria executiva nas cooperativas regionais de economia solidária de reciclagem?

As questões norteadoras ou questões problemas foram construídas a partir das informações prévias levantadas junto às cooperativas Cooperativa Recicla Paranaíba (COOREPA/MS) e Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba (COOPERCICLA/MG) sujeitos da pesquisa e das informações teóricas sobre cooperativismo popular de reciclagem, economia solidária e gestão democrática, temas abordados durante o processo investigativo de pesquisa.

### **1.1. Objetivo Geral**

O objetivo principal foi investigar as práticas de gestão em conexão com os princípios da economia solidária nas cooperativas regionais de reciclagem (COOREPA/MS e COOPERCICLA/MG).

### **1.2. Objetivos Específicos**

- Compreender como os princípios da economia solidária foram internalizados pelos cooperados
- Analisar como são compartilhados os processos de trabalho nas cooperativas de reciclagem tendo em vista o apoio técnico-científico dado pelas universidades federais Universidade Federal de Uberlândia (UFU/Campus Pontal) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/Campus de Paranaíba), via Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) presentes nestas universidades;
- Verificar como são difundidos os princípios e os valores cooperativistas nas organizações estudadas.

### 1.3. Justificativa e Relevância do Estudo Realizado

O trabalho em cooperação, no sentido da construção do sujeito e efetivação histórica, inclui a preparação e a ação na vida em sociedade, fundamentadas na competência técnica, na formação filosófica (novos valores) e na formação política. A formação de caráter solidário entre os atores sociais tem como objetivo básico levar ao núcleo social e organizacional os princípios, os valores e a prática da cooperação, como observou Melucci (2001, p. 35), quando constatou que “alguns fenômenos coletivos implicam *solidariedade*, isto é, a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social”.

De acordo com Singer (2000), teve início, em 1992 no Brasil, a proposta de criação e implementação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), a partir de campanhas e mobilizações sociais em benefício da dignidade humana e da cidadania contra a exclusão social, o desemprego, a fome e a miséria, lideradas pelo sociólogo Herbert de Souza<sup>1</sup>, o Betinho, que lançou as bases necessárias para impulsionar em nossa sociedade sentimentos de cooperação e solidariedade.

Neste contexto, a certeza de que apenas o assistencialismo não era suficiente para solucionar os problemas de miséria, fome, violência, injustiça social, desigualdades e, principalmente desemprego, fez com que os intelectuais, funcionários e estudantes do Centro de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), se unissem em torno de objetivos comuns, com o apoio de instituições de fomento à pesquisa e organizações não governamentais, para realizar experiências de trabalhos que envolvessem a solidariedade e a cooperação na favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

O sucesso destas respectivas ações culminou com a constituição e o desenvolvimento da Cooperativa Popular de Manguinhos, levando os idealizadores deste projeto alternativo de geração de trabalho e renda a criar, em 1995, por intermédio do COPPE/UFRJ, a primeira

---

<sup>1</sup>Hebert de Souza, foi um sociólogo ativista dos direitos humanos, faleceu em 1997, diversos trabalhos como Ética e cidadania, o estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil, foram publicados. Em defesa de interesse nacional, engajou-se na resistência contra a ditadura de 1964, foi exilado e morou em diversos países, no México fez doutorado e foi professor da Universidade Autônoma do México. Ganhou destaque no projeto de ação contra a fome e miséria, recebeu o prêmio global 500 das nações unidas para o meio ambiente (FRAZÃO, 2017).

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs) do País, com o objetivo de estabelecer maior proximidade entre as universidades públicas e as comunidades de baixa renda, principalmente aquelas situadas em zonas de risco, como é o caso das favelas, proporcionando a estes trabalhadores as ferramentas e o conhecimento técnico-científico, fundamentais para a formação de associações e cooperativas populares de trabalho<sup>2</sup>.

Ao se organizar formalmente com a distribuição de responsabilidades e competências, determinado grupo de indivíduos tende a fortalecer seus laços de interesses e criam as condições necessárias para se efetivarem na sociedade como atores sociais capazes de provocar mudanças em setores menos privilegiados, como é o caso das organizações de associações e cooperativas populares: “O sistema organizativo indica, ao contrário, aquele tipo de relações que asseguram o equilíbrio de uma sociedade e a sua adaptação ao ambiente, através de processos de integração e de troca entre as partes do sistema” (MELUCCI, 2001, p. 39). Em especial por intermédio da troca entre os papéis praticados pelos associados das cooperativas de reciclagem estudadas, isto é, entre sistemas de expectativas recíprocas de comportamento reguladas por normas e regras institucionalizadas.

Mas, é a partir do final da década de 1990 e início do presente século que esse arranjo institucional começou a se propagar em todas as regiões do Brasil, abrigando atualmente em torno de sessenta ITCPs que, juntas, formam a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (SUCUPIRA et al., 2017).

Atualmente, o foco das ITCPs volta-se para os trabalhadores desempregados e profissionais ligados diretamente ao mercado informal de trabalho, que buscam na autogestão constituir empreendimentos de caráter econômico solidário. De acordo com Alcântara (2003), essas redes universitárias ao serem constituídas deverão observar alguns pontos como a autogestão; comercialização solidária; uma equipe para gerir e incentivar o comércio entre os membros da Rede; número suficiente de membros nas redes; promoção das redes na sociedade, defendendo seus direitos e difundindo seus produtos; a rede precisa possuir uma

---

<sup>2</sup> TOSI e HAMNER (1974) afirmam que, dentro de uma visão contingencial da organização, na qual o comportamento de uma unidade cooperativa é dependente das suas relações ambientais com outras cooperativas, esta relação torna-se importante para fortalecer o sistema cooperativista em sua totalidade.

imagem própria, sendo o reflexo direto dos interesses de seus membros e a descentralização da informação.

Diante das características locais/regionais, dos produtos e serviços oferecidos e dos recursos financeiros e materiais disponíveis, Motta (1987) observou que um estudo mais detalhado com metodologias de intervenções participativas sobre a autogestão e o papel das ITCPs, no cenário nacional atual, poderá encontrar o apoio necessário para romper obstáculos advindos do modelo capitalista tradicional, resgatar a cidadania, possibilitar a inclusão social, vencer o desemprego e autogerir o próprio empreendimento de forma democrática e participativa. Assim sendo, ressalta-se que as ITCPs não estão presentes apenas em instituições públicas de ensino superior, podendo ser encontradas em instituições de ensino privadas, mas o pioneirismo dessa iniciativa no Brasil e o maior número de ITCPs existentes atualmente concentram-se no ambiente das instituições públicas de ensino superior.

Neste sentido, este trabalho se justifica socialmente com o fortalecimento de grupos de atores com interesses comuns de se efetivarem na sociedade a fim de atentarem para os indivíduos marginalizados.

Meu interesse neste assunto surgiu durante a graduação, em administração, na disciplina de gestão ambiental, na qual éramos instigados a pensar e pesquisar sobre a responsabilidade social e ambiental das organizações sociais. Não obstante, minha aproximação com o tema „economia solidária” foi quando conheci a cooperativa COOPERCICLA através do projeto de extensão da UFMS na qual fiz parte e me identifiquei com o tema.

Diante do exposto, esta dissertação de mestrado está organizada em 5 capítulos, a partir dessa introdução (Capítulo 1), apresentando o problema de pesquisa, objetivos geral/específico se justificativa/relevância da investigação realizada, a seguir, no Capítulo 2, exibe-se a fundamentação teórico-empírico, que trata temas de economia solidária, cooperativismo e incubadoras tecnológicas de economia solidária, trazendo conceitos e teorias para discussão e finalmente, foi incorporado alguns estudos empíricos (relatos de práticas cooperativistas) relacionados ao tema estudado. Em sequência, no Capítulo 3, são apresentados os procedimentos metodológicos, a abordagem, tipo de pesquisa, o método adotado, processo de coleta e análise dos dados, limitações e considerações pontuais sobre a pesquisa. Logo após, são apresentadas no Capítulo 4 a discussão dos dados e análise dos

resultados. No Capítulo 5, e parte final deste trabalho, são apresentadas as considerações finais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

A presente seção é composta por três partes: a primeira aborda o cooperativismo e discute seus conceitos, teorias e seus aspectos legais. A segunda levanta discussão sobre a economia solidária e a terceira abre o debate sobre incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

### 2.1. Cooperativismo: Conceitos e Teorias

Historicamente o cooperativismo possui origem nas causas sociais e é promovido por mudanças provocadas pela primeira revolução industrial no âmbito do sistema capitalista e pelas guerras europeias e suas consequências à economia e força de trabalho. A mais antiga cooperativa é datada na década de 1760, quando trabalhadores fundaram moinhos de cereais com base no cooperativismo para não pagar preços altos praticados pelos moleiros (SINGER, 1998).

O modelo das cooperativas original é atribuído ao sociólogo Robert Owen,<sup>3</sup> já a expansão dos conceitos, teorias e a difusão dos princípios do cooperativismo certamente são datadas na revolução industrial, sendo este modelo copiado por várias correntes ideológicas como o liberal, socialista e sionista (VERAS-NETO, 2000; SINGER, 2002).

As cooperativas são instrumentos de organização social, política e econômica, foi percebido como humanização da relação entre o capital e os trabalhadores (DINIZ, 2008). A finalidade das cooperativas é melhorar os aspectos econômicos e sociais dos seus cooperados (MUAD, 2015), desta forma, o comprometimento dos cooperados com seus objetivos replicam a uma redução nos custos e aumento dos benefícios em uma ação coletiva, assim o crescimento da cooperativa também significa o crescimento individual de cada sócio (SERIGATI e AZEVEDO, 2013). Pinho (1982) também entende cooperativismo como uma união entre pessoas que atende as necessidades comuns, através de uma economia de princípios solidários.

---

<sup>3</sup> 1785-1858, considerado um dos fundadores do cooperativismo, deu origem ao Owenismo, que é a busca por uma sociedade baseada na cooperação e não na competição, esta foi a origem da cooperativa de assistência social aos pobres.

O cooperativismo é entendido como uma organização gerida por uma associação de pessoas, com igualdade de direitos, que gera uma atividade econômica ou que ofereça serviços comuns. “O movimento cooperativista contrapõe-se às grandes corporações capitalistas de caráter monopolista”. As cooperativas podem exercer atividades de produção, de consumo, de crédito, de troca e comercialização, de segurança mútua, de venda por atacado ou de assistência médica (SANDRONI, 1999, p. 132).

Gaiger (2011) expõe os efeitos positivos das organizações econômicas de ajuda mútua ou os cooperativismos, apontando que além de somar, o trabalho cooperado acrescenta capacidades individuais às decisões coletivas, o que geralmente resultam em eficiência para a organização. O autor afirma ainda que as experiências partilhadas estimulam a iniciativa, a criatividade e a inovação.

Karl Max, de início aprecia as cooperativas como um agente representante de um importante papel social progressivo, no entanto, em um segundo momento, critica o cooperativismo estimulado pelo governo, pois pensa ele, que as cooperativas deveriam ser autônomas e não induzidas por interesses do estado burguês, “no que dizem respeito às sociedades cooperativas atuais, elas têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses” (VERAS-NETO, 2000, p. 17).

De modo geral, as cooperativas promovem o desenvolvimento entre os cooperados, desta forma, os cooperados conseguem “reduzir os custos de transação, aumentar as economias de escala, de escopo e de especialização, além de melhorar o poder de barganha” e ainda, sendo cooperado, o indivíduo consegue aperfeiçoar conhecimento e absorver informações garantindo redução das incertezas (JERONIMO, 2005, p. 1).

Contudo, as cooperativas podem agir no desenvolvimento das atividades de seus cooperados como nas produções, vendas, prestações de serviços e como fontes de informações. Desse modo a renda é proporcional às operações e aliam-se na defesa e enfrentamento das dificuldades e nos momentos de fraquezas para garantir a sustentabilidade financeira (FERRARI-NETO; ARAUJO; SANTOS-MEIRA, 2016).

### **2.1.1. Cooperativismo no Brasil**

O surgimento do cooperativismo no Brasil é datado do século XIX, quando atendia demandas de trabalhadores pós-escravidão, assim a cooperação surge como um amortecedor



de conflitos entre empregados e patrões, em 1989 o Brasil ganhou espaço no cenário mundial do cooperativismo no congresso Francês representado por Santana Nery (OLIVEIRA, 2006).

Os fatos históricos que originou o surgimento do cooperativismo são proclamação da República em 1889, e que propiciou “um ambiente mais favorável a liberdade de associação” foi a constituição republicana de 1891, que assegurou a liberdade de associação, onde o estado começou a legislar sobre o associativismo rural. A primeira cooperativa brasileira foi a associação cooperativa dos empregados da companhia telefônica (1891) e outras cooperativas foram surgindo depois desta, no entanto, concentrou-se especialmente no setor primário, surgiu primordialmente no setor urbano e logo em seguida no meio rural (VERAS NETO, 2000).

### **2.1.2. Análise Legal Sobre Cooperativas Brasileiras**

Oliveira (2006, p.39) afirma que no Brasil o cooperativismo surge “com duplo interesse, ou seja, ora eram criadas por interesse dos próprios associados, ora pelos interesses de alguns patrões”. A interferência do estado brasileiro surge com o decreto 22.239, de 1932, usados para os interesses da nação como instrumento de política e desenvolvimento.

Veras Neto (2000) discutiu os aspectos jurídicos do cooperativismo no Brasil, e aponta que o simples enquadramento jurídico não distingue uma cooperativa, assim como os efeitos burocráticos dificilmente farão compreender a realidade e as práticas, bem como seus princípios e eficiência na utilização do termo de cooperação, dessa forma, a legislação exclui a experiências das cooperativas, como as praticas informal dos desalumiado. Para o autor, o operador jurídico, é necessário que ultrapasse barreiras conservadoras do direito em certo momento da história, dessa forma, pode atingir o objetivo do direito com as transformações sociais.

É uma realidade a existência de cooperativas informais, que pode ou não estar ligado a movimentos sociais diferentes aos modelos prontos vindos da Europa. “A concepção comum de cooperativismo precisa ser ampliado [...] deve-se buscar informações sobre esforços de cooperação real a nível popular, especialmente que desafiaram a estruturação de dominação vigente” (RIOS, 1987, p. 60). Neste sentido, Andrade (1994) entende que os legisladores brasileiros são extremamente formalistas e legalistas.

Singer (2004a) também alertou para a criação das falsas cooperativas por empregadores para deixarem de cumprir com suas obrigações fiscais, aproveitando das normas que regem as cooperativas.

Quadro 1 - Diferenças entre “Sociedade Cooperativa” e “Sociedade Mercantil”

Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
É uma sociedade de pessoas	É uma sociedade de capital
Objetivo principal está nos cooperados	Objetivo principal é o lucro
Número ilimitado de sócios	Numero ilimitado de acionistas
Controle democrático, um homem um voto	Cada ação um voto
Assembleias “quórum” é baseado no número de cooperantes	Assembleias “quórum” é baseado no capital
Não é permitida a transferência de quotas, parte a terceiros, estranhos a sociedade	Transferência de ações a terceiros
Retorno proporcional ao valor das operações	Dividendo proporcional ao valor das ações.

Fonte: Adaptado de Veras-Neto, (2000, p. 26).

Existem diferenças básicas entre a sociedade cooperativa e mercantil (quadro 1), o conceito legal de cooperativas emana da lei geral das cooperativas, “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (BRASIL, 1971, p. 1).

## 2.2. Economia Solidária

É essencial, que as pesquisas em administração não discutam apenas teorias de gestão, como Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, mas também é importante, debater temas sociais. Neste sentido, é necessário pensar na saúde, no lazer, na cultura, na formação e desenvolvimento do ser humano, assim um sistema que produz, mas não distribui riquezas não é suficiente. Um sistema que desemprega muitas pessoas e devasta o ambiente, e não remunera os produtores de forma justa, se faz necessário pensar em alternativas para este sistema (DOWBOR, 2001).

O termo e a prática de economia solidária estão presentes em muitos países da América Latina, principalmente na região andina, na qual fazem parte Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile. Na Colômbia entende como um conjunto de esforços caracterizado pela solidariedade. No Equador, mais de cinco milhões de membros em organizações solidárias, cujo objetivo é garantir as necessidades básicas dos cooperados. A economia solidária no Equador, através do Fundo Equatoriano para o Progresso do Povo,

apóia acesso a recursos financeiros, trabalho e preservação de recursos naturais, e ainda, ajuda a promover o desenvolvimento nas comunidades mais pobres (APPE, 2017).

Neste sentido, Oliveira (2006) afirma que a ES é uma tentativa de enfrentar o desemprego e a exclusão social, algumas ações sociais emergem e são reconhecidas pelo sucesso, como é o caso da economia solidária. Para Singer (2004a, p.3), as vítimas do desemprego se veem obrigadas a buscar alternativas, como trabalhos autônomos individuais ou coletivos “quando coletivos, elas optam, quase sempre, pela auto-gestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes que constituem a economia solidária”. Em concordância, Gurberlet, Tremblay e Moraes (2014), afirmam que os EES são considerados atualmente alternativas para o desenvolvimento socioeconômico, a fim de erradicar a pobreza e com foco no desenvolvimento humano.

Lechart (2002) tratou do tema economia solidária, economia social e o terceiro setor como forma de amparar os desempregados, sempre através de organizações sociais autogeridas com ou sem o apoio de sindicatos progressistas.

Neamtam (2002) afirma que a economia solidária são movimentos sociais, que surgiram após longos debates, seus conceitos continuam a evoluir, mas, em 2002, após o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o movimento se firmou em uma agitação internacional por uma globalização alternativa.

A concepção de economia solidária foi discutida em muitos trabalhos, como Andion (2005), Franca Filho (2002), Laville (2009), Oliveira (2006), Razeto (1997), Singer (2002, 2004), na qual compartilham a ideia de apoio, amparo, assistência, solidariedade, cooperação, mutualidade e autoajuda. Schiochet (2009) entende que a economia solidária define atividades econômicas organizadas por trabalhadores que praticam a autogestão, para Rakopoulos (2015) e Hart, Laville e Cattani (2010). Os autores em economia solidária (ES) não rejeita o estado e o mercado e não tentam romper com o capitalismo, mas tendem a discordar da atual configuração econômica, e a ES pode ser uma alternativa.

Ainda Rakopoulos (2015) entende economia solidária como comunidades que se baseiam na cooperação e colaboração e não na competição e ainda exemplificam que o modelo de autogestão é tem como princípio a democracia direta na participação horizontal, como alternativa do controle centralizado.

Neste sentido, a solidariedade para Hart, Laville e Cattani (2010), é vista como economia alternativa com duas dimensões: a sociopolítica, que é uma alternativa de

democracia participativa, e a socioeconomia, como uma combinação de economia não monetária e sem intermediário, assim, Fraisse et al. (2016) afirma que na França, a economia solidária surge no meio de crise, tanto no âmbito econômico quanto cultural, o desenvolvimento da economia solidária tem como base uma crítica a economia de mercado dominante e surge como alternativa

O conceito da economia solidária, para Schiochet (2009), parte dos princípios da apropriação dos meios de produção, gestão democrática, das providências coletivas sobre a produção e a utilização dos excedentes, e, também, sobre a responsabilidade coletiva, Mance (2005, p. 2) compreende que as práticas de economia solidária estão relacionadas com o desenvolvimento sustentável e as ações concretas para o bem comum de distribuição de renda e geração de trabalho.

A autogestão é um termo recente no contexto da ciência em administração, sendo suas primeiras aparições na década de 1960 na França, para mencionar uma gestão político econômico e social da Iugoslávia na quebra com Stalinismo (GUILERM; BOURDET, 1975). Desta forma, a autogestão refere-se a “uma relação socioeconômica entre os homens que se funda no princípio de distribuição segundo o trabalho [...] as mesmas só pode desenvolver-se no campo de propriedade social” mesmo sendo uma palavra recente a ideia é antiga, surge por volta do século XIX junto com movimento operário de emancipação (NASCIMENTO, 2008, p. 28). O contraponto da autogestão é a heterogestão, na qual o modelo é baseado em domínio do patrão ao empregado. Tauile (2005) discute a heterogestão como uma gestão pautada na produção e no lucro acima dos interesses dos trabalhadores, equivalente as empresas do modelo capitalista onde a maximização dos lucros é o foco.

Para Guareshi e Veronese (2009) a autogestão diferencia-se da heterogestão, pois cada membro cooperativista deveria ser gestor, tratar assuntos e ações prioritárias de forma grupal, como o processo produtivo, rendimentos, férias, benefícios e obrigações etc. O autor informa que não é um processo fácil, uma vez que os sujeitos passam a ser seu próprio gestor, geralmente, com toda uma biografia de subordinação autoritária, desta forma, os autores entendem a autogestão como práticas que propicia a autonomia de um grupo de pessoas não mas subordinadas mas donas de seu trabalho.

Ao considerar a economia como elemento social, o que se deve pensar em primeiro lugar é o bem estar de todas as pessoas envolvidas no processo, na qual a produção de riquezas é justa e sustentável, assim, faz parte das práticas bem sucedidas da economia

solidária a produção comunitária, os sistemas de locais de intercâmbio, a autogestão das organizações, na qual os operários assumem a gestão das organizações sociais, comercio solidário, em que produtos são vendidos por preços justos, financiamento solidário, em que bancos éticos, banco do povo, cooperativas de créditos financiam projetos para o bem comum, economia de comunhão, quando o lucro é compartilhado e a difusão de softwares livres, que disponibiliza acesso a tecnologia por todos (MANCE, 2005).

Os critérios básicos para participar destas redes são baseados na autogestão, cooperação, solidariedade, não exploração do trabalho, expropriação no consumo e dominação nas organizações, observar o equilíbrio e a preservação dos ecossistema, compartilhar os excedentes dos fundos solidários e ainda investir na própria rede, por exemplo, com a criação de novos empreendimentos e aprimoramento de logística e comercialização (MANCE, 2005).

Andion (2005) analisou quatro dimensões da gestão (social, econômica, ecológica e técnica) de empreendimentos solidários, e percebeu que os meios financeiros, a reciprocidade e as relações sociais são fundamentais para organizações do tipo solidárias. Nesta mesma linha, Singer (2004b) entende que a economia solidária faz parte de uma nova força de trabalho de que promove a sustentabilidade do crescimento econômico dos marginalizados pela sociedade.

O que falta para os empreendimentos de economia solidária, é a estrutura de capital e qualificação técnica e conclui que os objetivos dos EES, no estado do Rio Grande do Sul e em São Paulo, no geral, se assemelham em combater o desemprego e na contribuição do desenvolvimento econômico, mas diferem nas particularidades, para uns “a economia solidária é uma estratégia de transformação; para outros, uma política emergencial em meio a uma situação econômica conjunturalmente desfavorável”(CRUZ, 2002, p. 12).

Nos empreendimentos de economia solidária a produção não é decidida em função do lucro individual, mas em uma perspectiva de bem comum, neste sentido, as finanças solidárias, os serviços, e os critérios de justiça e acessibilidade são comuns neste tipo de empreendimento (LAVILLE, 2009).

No Brasil, em 2003, no governo Lula, foi criado a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), um órgão do governo com status de ministério, na tentativa de amparar os altos índices de exclusão social e desempregos, cuja missão é fomentar e difundir a economia solidária no território brasileiro, os recursos foram destinados as prefeituras para

construção de centros de economia solidária, onde se realizam encontros, seminários e cursos. “O desenvolvimento que combate a pobreza é solidário e isso já vem sendo comprovado na prática em diversos lugares” (SINGER, 2004a, p.3).

Desse modo, a economia solidária pode ir além do combate ao desemprego, avançando, por exemplo, nas indagações de poder e gênero, em conformidade com exposto por Nobre (2003, p.19) que diz “os empreendimentos de economia solidária são ambiente excepcional para exercitar novas práticas de igualdade entre gêneros”, por outro lado, Valadão, Herk e Medeiros (2004, p.336) concluíram que a figura feminina, nos empreendimentos solidários, assume característica “camaleônica”, ou seja, ora cúmplices e submissas a figura masculina, ora agem por conta própria, o que confere “o tom de adaptação das figuras femininas no ambiente organizacional”, Os autores ainda afirmam, que a independência da figura masculina pode ser alcançada por meio da economia solidária.

Em concordância, com efeito positivo da economia solidária sobre a sociedade „marginalizada“, Belletetal. (2018), informam que a economia solidária incentiva a governança e cria equidade e prosperidade, e ainda partilha poder e propriedade, constrói riqueza e gera efeitos positivos nas comunidades negras.

Além do combate à marginalização social, ao desemprego e uma discussão de gênero relacionado à economia solidária, Singer (2004b, p.8) afirma que as organizações solidárias “tendem a adotar a defesa do meio ambiente e do bem-estar dos consumidores”. Para o autor a economia solidária surge como reação às injustiças do desenvolvimento capitalista, no entanto ainda evidencia que a economia solidaria não procura reagir contra o desenvolvimento capitalista, mas discutir uma prosperidade mais justa e igualitária.

Singer (2007, p. 107) diz que a economia solidária nasce para “proporcionar seus associados benefícios econômicos [...] surgem como reações a carências que o sistema capitalista dominante se nega a resolver”. Para o autor, um dos mais importantes empreendimentos solidários é a cooperativa de produção e surge como defesa da iminência da miséria, dessa forma a solidariedade consiste “[...] no desprendimento que faz com que cada trabalhador abra mão de lazer ou de dinheiro não só para o bem comum, mas também para cobrir deficiências de companheiros”.

Segundo Pereira, Silva e Carneiro (2016) uma renda extra que complementa o salário familiar foi o principal motivo de um indivíduo/família se interessar pelos Empreendimentos

de Econômicos Solidários (EES), seguido por alternativa de trabalho (46,2%) e maiores ganhos em empreendimentos associativos (43,1%) como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Motivos de interesse por empreendimentos de economia solidária

Motivação	Total	%
Fonte complementar de renda	9.624	48
Alternativa ao desemprego	9.106	46
Maiores ganhos em empreendimentos associativos	8.471	43
Atividades na qual todos são membros ativos	8.024	40
Desenvolvimento comunitário	5.646	28
Condição para ter acesso a financiamento e apoio	4.130	21
Motivação social, filantropia ou religiosa	3.801	19
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160	16
Incentivo de economia pública	3.113	15
Atuação profissional em atividades específica	2.828	14
Fortalecimento de grupos étnicos	1.912	9
Produção/comercialização de produtos orgânicos	1.607	8
Organização de beneficiários de políticas públicas	1.510	7
Recuperação de empresa privada	601	3
Outras	1.890	9

Fonte: Pereira, Silva e Carneiro, (2016).

Diferente do modelo capitalista empresarial, as cooperativas solidárias sugere uma autodisciplina, que é um elemento fundamental para a autogestão além de “dar dignidade ao trabalhador” (SINGER, 2001, p.108).

No entanto, na gestão, mesmo que de forma democrática, é necessária experiência no mundo dos negócios, pois segundo dados do Mapeamento Nacional da Economia solidária (MNES), e outros estudos de Gaiger (1994) e Gaigeretal, (1999) existem fragilidades econômicas neste tipo de empreendimento como “desconhecimento do mercado, oferta de produtos e serviços expostos a grandes concorrência sem contarem a seu favor a maior agregação de valor, ausência de estudos como de viabilidade, dependência de instituições de apoio etc. (GAIGER, 2011, p. 61).

Os dados do Mapeamento nacional de economia solidária (2013) promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por meio do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), criado para identificar e caracterizar empreendimentos econômicos solidários, revelam que existem 19708 empreendimentos de economia solidária no Brasil, desses, 10793 atuam em áreas rurais e 6856 no perímetro urbano, e, ainda 2058 atua em zonas rural e urbana ao mesmo tempo. A tabela3 mostra a distribuição dos EES no Brasil dividido por estados, dados como o faturamento por EES também foi quantificado e

aponta que 34% das EES tem um faturamento de até 1000 reais e 2% com faturamento de mais de cem mil reais.

Tabela 2 - Distribuição dos empreendimentos de economia solidária no Brasil pelo número de habitantes

ESTADOS BRASILEIROS	EES	HABITANTES	HABITANTES/EES
AP	328	797.722	2.432
AC	341	829.619	2.432
RN	1158	3.507.003	3.028
TO	404	1.550.194	3.837
PI	800	3.219.257	4.024
MT	638	3.344.544	5.242
PA	1358	8.366.628	6.160
CE	1449	9.020.460	6.225
PE	1503	9.473.266	6.302
RR	80	522.636	6.532
RS	1696	11.322.895	6.676
ES	572	4.016.356	7.021
RO	238	1.805.788	7.587
GO	843	6.778.772	8.041
MA	838	7.000.229	8.353
SC	764	7.001.161	9.163
MS	294	2.713.147	9.228
PB	416	4.025.558	9.676
AL	323	3.375.823	10.451
BA	1452	15.344.447	10.567
AM	378	4.063.614	10.750
PR	832	11.320.892	13.606
MG	1188	21.119.536	17.777
SE	101	2.288.116	22.654
SP	1167	45.094.866	38.641
RJ	301	16.718.956	55.544

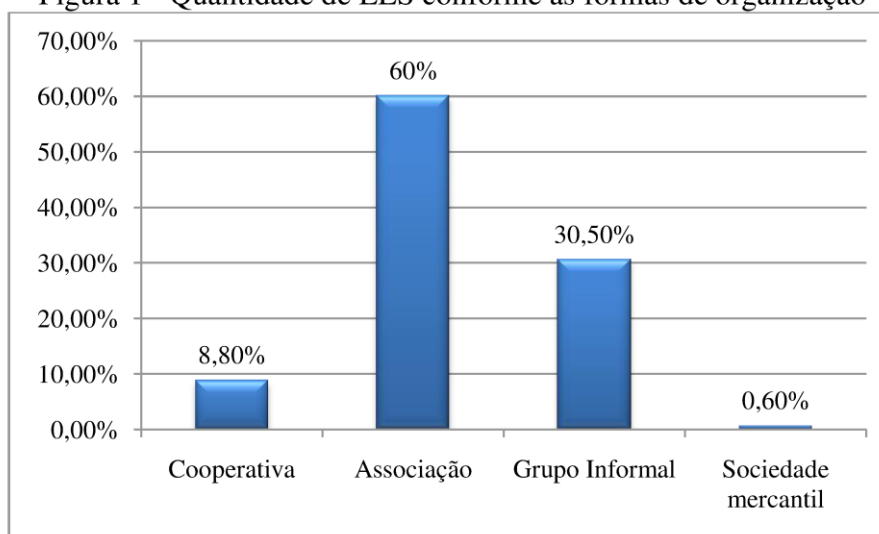
Fonte: Adaptado de SIES, (2016) e IBGE, (2017).

Os EES são fonte de renda para muitas famílias Brasileira (PEREIRA SILVA; CARNEIRO, 2016) e ainda é a principal fonte de renda para 45% dos seus associados.

Até a década de 1980, foram fundadas aproximadamente 1498 EES, e, na década de 1990 foram inauguradas mais 5381 EES. No entanto o aumento significativo desse tipo de empreendimento foi dado entre 2000 e 2013, o que totalizou 12829 EES criadas neste período. As formas de organização dos empreendimentos de economia solidária identificados foram quatros, as cooperativas, associações, grupos informais e sociedade mercantil. A figura 1 mostra a quantidade de EES conforme as formas de organização.



Figura 1 - Quantidade de EES conforme as formas de organização



Fonte: Adaptado de SIES, (2016).

Alves et al. (2016) apontam outras formas que os empreendimentos solidários podem se materializar como o Clube das Trocas, que é um sítio onde são trocados produtos, saberes, serviços onde promove a auto ajuda, e os LETS, ou Sistema Local de Troca de Produtos mediante crédito mútuo.

### 2.2.1. Origem dos Empreendimentos de Economia Solidária

A economia solidária pode ser considerada uma estratégia da sociedade civil para combate ao desemprego, contudo a economia solidária surge no Brasil na década de 1980, como uma reorganização a crise vivenciada por acúmulos da economia capitalista. Mas somente na década de 1990 o tema ganha destaque com debates sobre as ações de economia inerente as lutas populares e da classe trabalhadora (SCHIOCHET, 2009).

As raízes da economia solidária datam do século XIX, na Europa, frente à revolução industrial e como uma resposta dos trabalhadores por formas de gestão democrática e autônoma. Dessa forma, a economia solidária forçou setores como as cooperativas e associações como uma economia mutua. Durante o século XX a economia de iniciativa popular abrandou, pois, forças dominantes do capitalismo afligiam resistência dos operários. No Brasil a economia solidária “refere-se ao conjunto de iniciativas que visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã” (GAIGER, 2009, p.86), já a solidariedade está relacionado a cooperação econômica, produção comum e auto gestão.

As situações vivenciadas por operários, como dificuldades geradas por questões sociais de acordo com Razeto (1999), colaboraram com a construção e eclosão dos empreendimentos de economia solidária como os mercados populares e pessoas que se agrupam para produzir bens e serviços, e conforme Cattine (2003), estes tipos de empreendimentos tinha como característica comum a iniciativa popular, a informalidade e a cooperação de pequenos grupos. As características destes empreendimentos de cooperação são identificadas como economia solidária.

O enfoque da economia solidária, ganha visibilidade quando a Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES), que apoiada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, colaborou com a consolidação de documentos e “declarações sobre os princípios, as diretrizes, as características, os instrumentos e a institucionalidade das políticas públicas de economia solidária” (SHIOCHET, 2009, p. 57).

### **2.3. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)**

A proposta advinda das ITCPs, a partir do ano 2000, pressupõe que a falta de formação, capacitação e qualificação dos trabalhadores desempregados poderão ser supridas a partir do momento em que este grupo de indivíduos passarem por uma série de intervenções.

Dessa forma, Teixeira Junior (2003), afirma que para alcançar o equilíbrio de uma vida digna, é necessário ter uma oportunidade de trabalho e o afazer de cooperação mutua é o mais solidário, participativo e dignifica o ser humano o que confere a integração de inclusão comunitária.

Essas associações, visando à inclusão social e o resgate da cidadania do trabalhador desempregado, não poderão se eximir do processo de autogestão e gestão democrática que as associações e cooperativas, de caráter solidário e cooperativo, proporcionam àqueles que aderem à sua proposta.

Ao analisar o conjunto de políticas da esfera pública implementadas no Brasil, Santos (1997) e Kinzo (1999) observaram que, dentre os fatores que mais distanciaram o governo da efetivação de políticas públicas com vistas à geração de trabalho e renda, sobressaem o grau de concentração do poder decisório segundo as regras vigentes e a falta de capacidade efetiva de tomar decisões e implementá-las segundo as gestões de governo. A esses fatores se juntam a estrutura e prática política baseadas, as vezes, em ações neo patrimonialistas que culminam, quase sempre, em corporativismo das instituições públicas e em um tipo de conduta

denominada “RentSeeking<sup>4</sup>”. Diante dessa realidade, Manin (1997) enfatiza que o abismo entre o governo e a sociedade parece estar aumentando.

O distanciamento entre representantes e representados, pode ser comprovado a partir do momento em que os atores estratégicos ligados diretamente ao governo, como os possuidores de cargos de confiança e representantes de estatais ou órgãos públicos fundamentais à vida pública do País, não cooperam com as mudanças institucionais, o que, em tese acarreta na deterioração dos interesses coletivos (PALERMO, 2000).

Dessa forma, Oslon (1999), diz que os grupos agem centrados a favor dos seus próprios interesses, ou seja, quando membros de um grupo que tem objetivos em comum, os indivíduos destes grupos irão agir para alcançar este objetivo.

Assim, o surgimento de novas instituições não governamentais tende a suprir, ou pelo menos minimizar, a ineficiência do poder público em gerar as condições necessárias à efetivação de políticas públicas essenciais, visando promover o bem-estar social e o combate ao desemprego. Entretanto, “mesmo se a ação política fosse verdadeiramente ineficaz em ocasionar a reforma social, as novas instituições políticas [ou não], uma vez estabelecidas, tinham de ser tratadas ou como um inimigo ou como um instrumento em potencial” (PRZEWORKI, 1989, p.20). Por essa ótica, considerada como um instrumento em potencial no processo de geração de trabalho e renda, é que emerge a proposta das Universidades Públicas, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, de promover a inclusão no mercado formal de trabalho de milhares e milhares trabalhadores, que perderam, de uma forma ou outra, o posto de trabalho que ocupavam, com o propósito de inserir novamente esses trabalhadores no mercado.

## **2.4. Estudos Relacionados**

Novos modelos econômicos tem sido alvo de estudos alternativos ao mercado dominante baseado na concorrência e na propriedade privada, neste sentido Sahakian (2016)

---

<sup>4</sup> Esse tipo de conduta refere-se à exploração dos cofres públicos por governantes que colocam os interesses particulares e partidários acima dos interesses da sociedade em geral.

informa que a economia solidária tende a colocar as pessoas acima do lucro, e sugere que o tema poderia discutir ainda questões relacionadas às estruturas de poder econômico.

Assim, a economia solidária ganha destaque principalmente na presença de crises econômicas, dessa forma, surge a necessidade de estudar alternativas para o cenário econômico. Frente a crise econômica que se instalou na Europa, muitos estudos a favor do tema ganha destaque, Vlashokyriakos et al., (2017) confirma que a crise política e financeira na Europa, especialmente ao sul, impactou negativamente serviços públicos e segurança social, deixando a população vulnerável, dessa forma, a sociedade civil se organizou, fixando estruturas de solidariedade enfatizando temas como economia solidária e autogestão.

Papadaki e Kalogeraki (2018) estudaram os empreendimentos solidários, na Grécia, o país mais atingido pela crise europeia a partir do ano de 2010, e apontaram que os EES não são uma alternativa somente em tempos de crises, mas também uma forma de resistência e enfrentamento ao domínio neoliberal, e age como uma ferramenta de transformação social.

Para Sotiropoulos e Bourikos (2014), a proteção social na Grécia deixou de ser foco do governo quando houve a necessidade da consolidação fiscal e recuperação da economia, desta forma, os cidadãos recém-empobrecidos buscaram grupos de autoajuda de serviços básicos, e em meio à crise, grupos de empreendimentos econômicos solidários foi um respaldo temporária à sociedade civil grega.

Deste modo, os debates sobre a política pós-capitalista ganha atenção e a economia solidária é tema foco de estudos pelo mundo, Borowiak et al. (2018) estudaram a composição geoespacial da economia solidária na Filadélfia, estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, e descobriram que os empreendimentos de economia solidária é amplamente distribuído pela cidade, com exceção de hortas comunitárias, os autores ainda informam que a economia solidária pode lidar inteiramente com a injustiça racial.

Em vista disto, uma das obrigações do estado é minimizar as injustiças sociais, deste modo, Borzaga, Salvatori e Bodini (2017) objetivaram compreender a evolução dos empreendimentos de economia solidária, enfatizando o papel das organizações e sobre as políticas públicas de apoio, e concluem dizendo que as EES de fato ajudam a criar postos de trabalhos estáveis e de qualidade para pessoas até então marginalizadas, também confirmam, que integram trabalhadores desfavorecidos.

Com objetivo de explorar o papel da sociedade civil relacionado com a insegurança alimentar, pobreza e migração na Itália, Bernaschi e Crisci (2018), adotaram conceitos como

sistema alimentar democrático e sustentável, análogo aos conceitos de solidariedade e de economia solidária, informam que a cooperação social na economia popular, podem lidar com a redução da pobreza, integração social e a sustentabilidade.

Da mesma forma, Fernandes e Diniz (2018) discutiram para o fortalecimento da ES como uma alternativa para a economia de base popular e relaciona a ES com a igualdade racial, sexual e social entre os indivíduos, uma produção focada na reciprocidade, dessa forma, concluem que a economia popular solidária é uma forma de consolidar e estabelecer outra economia

No Brasil, muitos pesquisadores (p.e. OLIVEIRA; PALAFOX; CALIXTO, 2011, FERNANDES; DINIZ, 2018) dedicam recursos para pesquisar a economia solidária, assim, parece existir um consenso quanto aos benefícios que os EES trazem à sociedade, como a inclusão social, combate ao desemprego, desenvolvimento comunitário e auxilia na redução das desigualdades. É notório também que, nas pesquisas brasileiras, a falta de investimento e incentivo governamental parece ser o grande vilão para alavancar a ES.

Neste sentido, Oliveira, Palafox e Calixto (2011) pesquisando empreendimentos de reciclagem, informam que a renda dos produtos de reciclagem comercializados é insuficiente para garantir o pagamento de tributos, previdência social e salário mínimo a cada um dos membros dos empreendimentos estudados e que a incubação dos EES possibilitou a ampliação do diálogo entre os dirigentes, capacitações em direitos humanos, administração e assistência social, bem como a solução de problemas internos da organização.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nas últimas décadas a ciência em Administração tem focado seus esforços nas organizações em que o ator principal é o mercado, logo, a ciência positivista é característica predominante nos estudos em administração. Mas, nos EES, questões relacionadas à responsabilidade social tem sido alvo de pesquisas, ampliando aspectos ideológicos em administração e reposicionando a ideologia de pesquisadores para um novo tipo de organização, denominada, a gestão social (COSTA, 2003).

Diante do exposto, não existe neutralidade em nenhum tipo de pesquisa, sendo assim, o caráter pessoal do pesquisador tem dimensão social (SEVERINO, 2002).

#### 3.1. Delineamentos da Pesquisa

Conforme Gil (2010, p.25) “a tendência de classificação é uma característica da racionalidade humana” o que possibilita uma melhor organização, principalmente em pesquisa, que passa a ser possível reconhecer diferenças e semelhanças nas diversas modalidades.

O método dedutivo foi característico nesta pesquisa, para Collis e Hussey (2005, p.27) o método dedutivo parte de uma estrutura conceitual e teórica e depois é testada pela observação. Para Marconi e Lakatos (2006, p. 93) “O método dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas”. Cooper e Schindler (2011) afirma que a dedução parece ser conclusiva, a conclusão deve partir das razões dadas, assim as premissas devem concordar com o mundo real e verdadeiro, um fato é verdadeiro quando é impossível que a conclusão seja falsa.

Neste trabalho optou-se pela pesquisa aplicada, uma vez que foram oportunizadas soluções para problemas específicos para os empreendimentos de economia solidária regional. A pesquisa aplicada é projetada para “aplicar suas descobertas a um problema específico existente” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 27).

A pesquisa aplicada tem ênfase na solução de problemas negativo como correção de dívidas ou positivamente como uma oportunidade (COOPER; SCHINDLER, 2003). Gil (2010) entende que a pesquisa aplicada volta para aquisição de conhecimento para aplicação de um problema específico. Para Cooper e Schindler (2011) a ênfase prática de soluções de problemas é característica da pesquisa aplicada.

A pesquisa relacionada à gestão em cooperativas de economia solidária apresenta um formato de pesquisa qualitativa. Este formato surge em grande parte dos estudos que buscam investigar uma realidade social (COSTA, 2003), isto é, não descartando a importância da pesquisa quantitativa e suas mensurações.

Nesse sentido, a abordagem escolhida para compreender a gestão solidária e democrática dos empreendimentos de economia solidária é qualitativa. O método qualitativo para Collis e Hussey (2005) é mais subjetivo, pois examina e reflete percepções do pesquisador que obtém um entendimento dos trejeitos sociais e humanos. A pesquisa qualitativa colhe dados sem medição numérica, assim é possível desenvolver hipóteses antes, durante e depois da coleta dos dados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Para Cooper e Schindler (2011, p. 164), a pesquisa qualitativa “Inclui um conjunto de técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir, aprender o significado, e não a frequência de certos fenômenos”. O autor informa ainda que as pesquisas qualitativas são usadas na coleta e análise de dados, podendo usar análise de conteúdo de material escrito ou gravado, visa atingir um entendimento profundo de um fenômeno.

De acordo com seu propósito, essa pesquisa se classifica como descritiva. Para Collis e Hussey (2005), a pesquisa descritiva descreve comportamento dos fenômenos a ser estudados, usada para obter informações e identificar as características de um problema qualquer, dessa forma Koche (2015) informa que este tipo de pesquisa estuda duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las.

Um estudo descritivo é popular em pesquisas em administração por sua “versatilidade entre várias disciplinas” (COOPER; SCHINDLER, 2003, p.31), além disso, Sampieri, Collorado e Lucio (2013) dizem que a pesquisa descritiva busca especificar as características de um fenômeno podendo descrever tendência de uma organização.

Dessa forma, Gil (2002, p. 42) afirma que a pesquisa descritiva é a “descrição das características de determinada população ou fenômeno” ou a relação entre as variáveis/categorias de análise. É o tipo de pesquisa que procura estudar o nível de entendimento das organizações. Para Hair, Babin, Money e Samouel (2005) as pesquisas descritivas em geral medem as características que mapeiam tendências sazonais.

O procedimento técnico escolhido, para a presente investigação, é o estudo de caso, pois se levou em consideração o tempo para realização desta pesquisa e para Yin (2001) o

enfoque dos estudos de caso são os acontecimentos contemporâneos ao mesmo tempo em que as perguntas ficam no campo do como e do por que.

Assim, Collis e Hussey (2005) informam que o estudo de caso é uma análise ampla de um único exemplo de fenômeno, reúne informações detalhadas, e gera um conhecimento profundo do elemento estudo, para Gil (2002, p.54) o estudo de caso é uma modalidade amplamente utilizada em ciências sociais e humanas, é um estudo profundo “e exaustivo de um ou poucos objetos [...] permitindo seu amplo e detalhado conhecimento.” Dessa forma Sampieri, Collorado e Lucio(2013),afirmam que o estudo de caso analisa profundamente uma unidade e respondem perguntas formuladas a fim de criar teorias fundamentadas.

### **3.2. Unidades de Análise**

Como unidades de análise foco desta pesquisa,têm-se duas cooperativas de reciclagem,a Cooperativa Recicla Paranaíba (COOREPA), apoiada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Paranaíba, e a Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba (COOPERCICLA), assistida pela Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal.

As duas têm em comum a iniciativa popular e com os princípios da economia solidária, e ainda, caracterizada pelo apoio de gestão de instituições públicas de ensino federal no âmbito regional, a escolha por estas duas cooperativas foram por conveniência regional, cujo tema regionalidade passou a ser obrigatório nas dissertações do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração da UFU, a partir de 2018.

### **3.3. Dados: Fontes, Coleta e Análise**

Nessa dissertação foi realizada a observação crítica de documentos e registros em arquivos, como estratégia para a coleta de dados e informações em poder das cooperativas estudadas. As análises dos documentos e registros foram por meio do acesso a registros em livros de atas das cooperativas, estatutos sociais, regimentos internos, atas do conselho fiscal, sistema de controle financeiro mensal, ficha de matrícula dos cooperados e dados como balanços patrimoniais e relatórios publicados dos projetos de extensão.

Já a observação crítica como coleta de dados passa a ser científica “quando é conduzida especificamente para responder uma ou mais questão de pesquisa, é sistematicamente planejada e executada, usa controle apropriado e fornece informações



confiáveis”. O uso da observação como coleta de dados é versátil, e isto faz dela uma “fonte primária indispensável e um complemento para outros métodos”(COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 304).

Os dados e informações coletados via observação geraram resultados narrativos, o que conforme Hair Jr et al. (2005) são os resultados da observação que aparecem na forma de descrições escritas ou registros, com base em vídeos, por exemplo. A observação é uma técnica de contato direto entre o pesquisador com o fenômeno observado, visa uma descrição apurada dos componentes de uma situação, ainda permite ao pesquisador vivenciar e “compreender a dinâmica dos atos e eventos, e recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos” (CHIZZO, 2006, p. 90).

A presente pesquisa utilizou-se das técnicas de pesquisas denominadas análise de conteúdo e análise de narrativa. Em relação a análise de conteúdo, esta abrange três etapas básicas, quais sejam: 1ª) Pré-Análise, 2ª) Exploração do Material, 3ª) Tratamento dos Dados e Interpretação. “A Técnica de Análise de Conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que esta sendo dito a respeito de determinado tema” (VERGARA, 2012, p.9). Neste estudo esta técnica foi utilizada especialmente na análise das atas de reuniões disponibilizadas pelas cooperativas de reciclagem.

A análise de conteúdo verifica o aspecto „o que” da mensagem, e trata-se de um processo para extrair dados e codificá-los, pode ainda ser classificada em quatro tipos: 1ª) sintáticas que são ilustrações por palavras, frases ou parágrafos, 2ª) referenciais são descritas por palavras, frases ou parágrafos, 3ª) proposicionais são afirmações sobre um objeto, fato ou pessoas, 4ª) temáticas que são os tópicos contidos nos textos (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Para Fonseca Junior e Wilson (2005) a análise de conteúdo pode se dividir em três fases, a saber: (i) estabelecer a unidade de análise, que são os elementos base, ou as palavras-chave (ii) Determinar as categorias de análise, que compete a seleção e classificação dos dados, que identifica os assuntos a serem abordados e por fim (iii) A seleção de uma amostra do material de análise, que tratam dos critérios adotados para a seleção da amostra.

Para facilitar a operacionalização da análise de conteúdo identificou-se quatro categorias que fazem parte dos objetivos desta pesquisa, a saber: (i) Princípios da economia solidária (ii) A gestão compartilhada nas cooperativas (iii) Difusão dos valores cooperativistas (iv) Contribuições das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares pertencentes às

universidades públicas federais Universidade Federal de Uberlândia (UFU/Campus Pontal) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/Campus de Paranaíba).

Já a Técnica de Análise de Narrativa, caracteriza-se por ser uma linguagem aberta que permite interpretação livre, em que se pode analisar, por exemplo, experiências vivenciadas nas interações sociais (CHIZZOTI, 2006).

A Técnica de Análise de Narrativa é uma forma de trazer experiências passadas e passa a ser uma técnica útil quando, segundo Bastos e Biar (2015), promove o diálogo multidisciplinar, empenham-se sobre as palavras de múltiplos atores sociais e quando a análise de narrativa for produtiva o suficiente para gerar, em diferentes circunstâncias, interações cotidianas das práticas sociais, esta cumpre a sua função dentro de determinada investigação científica.

No processo qualitativo a coleta e análise dos dados acontecem praticamente ao mesmo tempo, e os principais objetivos da análise de dados qualitativos é dar estrutura aos dados, descrever experiência de pessoas estudadas, compreender profundamente o contexto, explicar ambientes, relacionar os resultados com teorias existentes e reconstruí-las caso seja necessário (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

No entanto, para esta dissertação, optou-se por utilizar softwares simples, como Excel, Word e Blocos de Notas, disponíveis nos pacotes da Microsoft. Para analisar os dados e as informações coletados, todo processo foi manual, como por exemplo, a separação em categorias de análise como evidenciado anteriormente. Os dados coletados através da observação foram anotados em um caderno de campo.

#### 4. RESULTADOS ENCONTRADOS

A economia solidária e a cooperação entre os sujeitos, notoriamente atuam para o desenvolvimento dos atores envolvidos com os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Dessa forma, adquirem características que se aproximam com movimentos sociais, e ao mesmo tempo fortalece a economia local e regional, uma vez que pode ser considerada uma linha de frente ao combate ao desemprego.

Entre as metas do primeiro plano nacional de economia solidária até 2019 (vide apêndice 2) o Estado Brasileiro deveria fortalecer e fomentar pelo menos mil cooperativas de catadores de materiais recicláveis e integrar pelo menos 10 mil pessoas em vulnerabilidades socioeconômicas.

Estas metas foram cumpridas antes mesmo de chegar em 2019, segundo o site do governo federal através dos dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), mais de 12 mil catadores já foram beneficiados com o “Programa Brasil Sem Miséria”. Para o ex-secretário nacional de economia solidária, Paul Singer (2004a), a grande maioria dos catadores vive em extrema pobreza, por isso todo o esforço em fomentar organizações com foco nestes empreendimentos.

Neste capítulo, apresentam-se as organizações cooperativas de reciclagem e suas características de gestão, premiações, estruturas, diretoria administrativa, dentre outras informações relevantes no sentido de melhor contextualizar as cooperativas estudadas. As cooperativas de reciclagem fazem parte de um setor importante, tanto para o fortalecimento da economia solidária quanto para as questões relacionadas à gestão ambiental. A reintrodução dos materiais reciclados no processo industrial contribui, obviamente, para a redução do chamado de descartáveis no ambiente.

##### 4.1. Cooperativa Recicla Paranaíba - COOREPA

A ideia de iniciar o projeto solidário partiu da Prefeitura Municipal de Paranaíba e do Banco do Brasil, apoiado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) por meio de sua Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFMS). Como informação adicional destaca-se que este empreendimento solidário recebeu o prêmio “Santander Universidade Solidária 2010” (100 mil reais) e UNISOL (Universidade Solidária). A criação desta cooperativa teve como objetivo inicial apoiar pessoas que trabalhavam informalmente como catadores de materiais recicláveis e desempregados do município de

Paranaíba-MS, e garantir a oportunidade de trabalho e renda as pessoas excluídas e marginalizadas do mercado formal de trabalho.

As cooperativas de reciclagem realizavam as operações de coleta seletiva, triagem, classificação e beneficiamento, desta forma, contribuiu na minimização dos impactos ambientais (ARAÚJO; OLIVEIRA; MARIANI, 2017).

A COOREPA foi reconhecida, em termos de atuação, ao ser classificada para a segunda fase de uma competição no formato de gincana de reciclagem da “SWU impacto zero” obtendo classificação entre as 20 no Brasil. Apesar de não haver prêmios em dinheiro, este ato foi importante, dado que esta competição para a cooperativa oportunizou a entrada de novos investimentos (VAZ; DA SILVA, 2017).

Um projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenado por pesquisador da própria instituição, teve como objetivo fortalecer a COOREPA através da profissionalização dos cooperados e por meio de treinamentos e capacitações, a fim de viabilizar a autogestão dos cooperados. Projetos em conjunto com a prefeitura, visando captar recursos para aquisição de maquinários, instalações físicas foram desenvolvidas na UFMS, e ainda, estratégias de educação ambiental que sensibilizaram a sociedade civil e empresarial para a questão.

A primeira reunião realizada com intuito de avançar com o projeto ocorreu em maio de 2009 e a legalização da organização em março de 2010. Muitas foram as dificuldades encontradas desde o início da inauguração da COOREPA, como estrutura física inadequada, equipamentos e maquinários insuficientes, o que gerou dificuldades de aplicação dos princípios de autogestão no negócio. Conflitos nos grupos eram constantes, o que foi um empecilho na construção de regras de trabalho que priorizem a organização coletiva (ARAÚJO, OLIVEIRA; SALES, 2017).

No início da criação da cooperativa tiveram 28 cooperados fundadores, os dados sócio demográficos apontavam que a idade variava entre 23 a 62 anos, e a organização era composta por 75% de mulheres, cujo 70% possuem ensino fundamental incompleto, com renda mensal familiar inferior a dois salários mínimos. Dessas, 80% nunca havia trabalhado com material reciclado, e eram consideradas excluídas do mercado formal de trabalho, e através das ações de economia solidaria da cooperativa tiveram oportunidade de trabalho e renda. A capacidade de produção da cooperativa é de 17 toneladas de materiais reciclados por

mês. Até 2011 a COOREPA era a única cooperativa de reciclagem legalizada no estado de Mato Grosso do Sul.

A estrutura física, em 2016, foi emprestada por 2 anos, a meta atual da cooperativa é melhorar a renda de seus cooperados e tornar a cooperativa autogeridas (ARAÚJO, OLIVEIRA, MARIANI, 2017).

Um organograma elaborado por Araújo e Cardozo (2016) mostra que a assembleia geral é o órgão majoritário do empreendimento, logo em seguida, o conselho fiscal é o segundo cargo supremo que formam o alto escalão da cooperativa seguido pelos diretores presidente, administrativo e financeiro que compõe o conselho administrativo.

A assembleia geral acontece, obrigatoriamente, uma vez por ano, ela pode ocorrer extraordinariamente, sendo convocado pelo presidente, conselho fiscal ou administrativo, nas reuniões oficiais da assembleia os temas principais são as prestações de contas, destinação das sobras, eleições e posse da chapa vencedora, assuntos de interesse dos cooperados e sociais, por sua vez, o conselho de administração responde a todos os cooperados nas assembleias gerais, e ao conselho fiscal nas reuniões, é responsável pelas estratégias operacional, gestão de conflitos, e financeiro. O conselho fiscal responde aos cooperados e a assembleia geral, e é responsável por verificar as contas bancárias e a fiscalização em geral, e se necessário, após convocada reuniões também é responsável por fazer denúncias em órgãos competentes (ARAÚJO; CARDOZO, 2016).

#### **4.2. Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba/MG – COOPERCICLA**

A COOPERCICLA é fruto de iniciativa popular, e seu projeto piloto foi instalado no município de Ituiutaba, o trabalho da cooperativa era realizado dentro do “Programa Ituiutaba Recicla”, coordenado pela Superintendência de água e esgoto aprovado pela prefeitura municipal.

O programa Ituiutaba Recicla mobilizou todas as secretarias municipais, envolveu pelo menos seis projetos: coleta seletiva, aterro sanitário, limpeza urbana e rural, Educação ambiental, produção mais limpa e inclusão social, logo foi percebido um benefício de recuperação dos catadores de lixo e sua inclusão ao mercado de trabalho.

A Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba (COOPERCICLA) foi criada em 19 de outubro de 2003, por meio da mobilização de 22 catadores, e constituída sobre valores e

princípios do cooperativismo. Anteriormente estes catadores coletavam resíduos sólidos recicláveis no lixão do município.

Em 2004 a COOPERCICLA ampliou a coleta seletiva para todos os bairros de Ituiutaba, e promoveu a redução de material a ser destinado ao “lixão”. A coleta seletiva passou a ser, em 2005, de porta em porta. No início do projeto a COOPERCICLA recebeu apoio logístico, treinamentos e subsídio financeiro.

Diversos investimentos ocorreram no período de 10 anos, incluindo compra de materiais e maquinários essenciais para proporcionar maior eficiência de coleta e melhoria de condições do trabalho dos catadores, o que contribuiu para valorização e reconhecimento popular da coleta seletiva.

Com “Programa Bolsa Reciclagem”, do governo do estado de Minas Gerais, houve uma melhoria significativa na renda dos cooperados, o que promoveu afixação da atividade de coleta seletiva. Desde a implantação da COOPERCICLA reduziu-se significativamente a quantidade de materiais a ser destinadas ao aterro sanitário, mais precisamente, 950 toneladas em 2012, contribuindo assim para a gestão ambiental do município de Ituiutaba.

Muitas são as parcerias que apóiam a COOPERCICLA, entre elas a UFU, que disponibilizou esteira de triagem, computadores, bebedouros etc., além de projetar a logística de coleta e os trabalhos sociais junto aos cooperados. O ministério público apóia com doações de equipamentos como ventiladores, elevador de carga, balança eletrônica entre outros. A prefeitura local ampara a cooperativa financeiramente, desde 2005, com valor variando entre 280 e 350 mil reais anuais.

### **4.3. Características das Cooperativas de Reciclagem**

#### **4.3.1.COOREPA**

Neste ano, o empreendimento solidário denominado Cooperativa Recicla Paranaíba (COOREPA) conquistou, por intermédio da Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS e de arrecadação de doações por parte da população local, uma área própria para exercer suas atividades de reciclagem conforme mostrado nas figuras 2 e 3.

Figura 2 - Inauguração da nova sede da COOREPA



Fonte: Site da prefeitura municipal de Paranaíba, 2018.

Em função do baixo rendimento do empreendimento, muitos deixaram a cooperativa em busca de melhores salários. Em 2018, a organização conta com seis cooperados ativos, sendo duas mulheres e quatro homens, sendo que as duas mulheres atuam nos níveis gerenciais. O faturamento médio mensal gira em torno de seis mil reais e o valor médio da remuneração dos cooperados é 650 reais/mês, com a jornada de trabalho de 4 horas diárias, o menor valor já retirado pelos cooperados desde a existência da cooperativa foi de 120 reais/mês, já o maior valor foi de 1.090 reais/mês. A distribuição das receitas entre os cooperados é feita de maneira igualitária, somente é descontado os dias dos faltantes.

Figura 3 - Área construída COOREPA



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2018.

A área construída da nova sede da COOREPA ainda é pequena e provavelmente não é adequado para as necessidades dos trabalhadores cooperados, uma vez que parte do trabalho de separação do material reciclado é feito em áreas sem cobertura expondo os trabalhadores ao sol e chuva.

Na COOREPA, a prefeitura faz a coleta dos materiais a serem reciclados, os cooperados fazem a separação e beneficiamento do material e a venda é de responsabilidade da presidente. O principal comprador de material reciclado fica na capital do estado de Mato Grosso do Sul, uma empresa de plástico local e um ferro velho também são clientes do empreendimento.

A separação dos materiais (Figura 4) é feito na área aberta do terreno, dessa forma, faz parte dos planos da cooperativa cobrir esta área para os trabalhadores não ficarem expostos ao sol e chuva.

Figura 4 - Área de separação dos materiais



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2018.

Também faz parte dos planos da COOREPA a compra de uma esteira para agilizar a separação do material, um levantador de cargas para reduzir os esforços dos trabalhadores, e o aumento da coleta do material e,consequentemente, a elevação do rendimento para os sócio-cooperados. Atualmente, a estratégia para ampliar a arrecadação é através das campanhas ambientais promovidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFMS.



#### 4.3.2.COOPERCICLA

Por força de lei e através de um projeto de aterro sanitário na cidade de Ituiutaba, foi criada a cooperativa de reciclagem, uma vez que era necessária a implantação da coleta seletiva para continuar o trabalho do aterro. Neste período, houve um resgate de pessoas que viviam de ganhos do lixão, dessa forma foi dado prazo para estruturar uma cooperativa, ao mesmo tempo em que foi realizado treinamentos e capacitações de 25 trabalhadores que atuavam no aterro da cidade coletando e separando os materiais recicláveis. No início da criação da COOPERCICLA, 3trabalhadores foram afastados e 22 fundaram o empreendimento.

No início do projeto a coleta era feita em alguns bairros da cidade como um plano piloto, mais tarde, foi elaborado, com ajuda jurídica, o estatuto social da cooperativa. Após a confecção do estatuto da cooperativa, apenas uma única chapa se manifestou para assumir a gestão/diretoria executiva da COOPERCICLA. Atualmente, a cooperativa conta com 39 cooperados, desses, 20 são mulheres e 19 homens, o número de trabalhadores nos cargos administrativos somam 4 cooperados, sendo 2 homens e 2 mulheres, já os conselheiros fiscais totalizam 6 sócios sendo 4 mulheres e 1 homem.

A mudança da estrutura ocorreu em 2018, antes disso a estrutura física era precária como pode ser observado na Figura 5.

Figura 5: Espaço para separação no prédio antigo



Fonte: Franco e Mineu, (2015).

O pouco espaço para a separação dos materiais que já não era mais suficiente para exercer as atividades, a etapa de pré-triagem (Figura 6) era feita nos caminhões, os resíduos eram acomodados em sacos/recipientes próprios.

Figura 6 - Etapa de pré-triagem



Fonte: Franco e Mineu, (2015).

Por meio da força de trabalho coletivo dos cooperados, todo o material coletado era depositado nas baias/recipientes e retirados manualmente para a separação conforme demonstrado na Figura 7.

Figura 7 Separação de resíduos nas baias



Fonte: Franco e Mineu, (2015).

Nesse contexto, a cooperativa passou por um processo de reestruturação, e com ajuda do governo federal, a organização inaugurou (Figura 8) uma área de 4.176 metros quadrados, compondo área aberta (Figura 9) e área fechada (Figura 10), ainda uma sala com balcão para secretaria e um espaço para atuação da diretoria executiva da cooperativa. O empreendimento conta ainda com uma cozinha (Figura 11) e um refeitório (Figura 12).

Figura 8: Inauguração nova sede COOPERCICLA



Fonte: Site Pontal em Foco, 2018.

A inauguração da nova sede da cooperativa teve investimentos de reformas estruturais no valor de 540 mil reais através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e também da Secretária de Patrimônio da União de Minas Gerais. Os recursos vieram pelo termo de ajuste de conduta do ministério publico estadual. A inauguração contou com a presença de autoridades publicas como a do prefeito e do secretário municipal de obras de Ituiutaba. A nova sede ampliou o espaço utilizado pelos cooperados e proporcionou melhores condições de trabalho.

Figura 9: Área Externa da COOPERCICLA



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2018.

A área aberta da cooperativa é o local na qual se armazena a matéria-prima (materiais recicláveis em estado bruto) para serem selecionados e beneficiados. É nesta área que saem as cargas dos caminhões com os recicláveis para a reindustrialização. Os cooperados pegam as BAGS (“Sacos Grandes”) que chegam e com ajuda do maquinário próprio leva os materiais até a esteira de separação.

Figura 10: Área Interna da COOPERCICLA



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2018.

Na área interna da COOPERCICLA acontece a separação e a prensa dos materiais recicláveis, esta área é maior se comparada à sede anterior, o que proporciona melhor acomodação dos trabalhadores e organização dos materiais coletados.

Figura 11: Área da Cozinha - COOPERCICLA



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2018.

A cozinha da nova sede (Figura 11), apesar de ainda com pouco espaço para atender as demandas dos cooperados, melhorou muito se comparada com a estrutura anterior.



Atualmente, com a inauguração da nova sede foi possível atender todos os cooperados que se alimentam pela manhã e a tarde com um lanche e por vezes almoçam e confraternizam-se no refeitório. A cozinha fica aberta o tempo todo para os cooperados utilizarem, esquentar um lanche ou mesmo fazer seu próprio alimento. Seria necessário um estudo aprofundado com as normas da ANVISA RDC 275, para viabilizar e legalizar a cozinha, já que se trata de um ambiente comunitário e passivo de contaminação alimentar.

Figura 12: Visão parcial do atual Refeitório da COOPERCICLA



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2018.

O refeitório da cooperativa está em fase de acabamento, logo os cooperados estarão se alimentando em uma área adaptada próximo aos materiais recicláveis.

A distribuição da receita mensal para os cooperados é feita por hora trabalhada e sempre igual ou maior que um salário mínimo, sendo que a remuneração das “sobras” é feita sempre no final do ano, a menor retirada dos sócios foi de 276 reais, em uma época em que as empresas compradoras do material não fizeram o pagamento arcando com seus compromissos e a cooperativa teve que arcar com os prejuízos, diante da situação, a prefeitura interveio e fez

doações de duas cestas básicas para cada sócio cooperado. A maior retirada de recursos destinada a cada cooperado foi de um mil e seiscentos reais. Atualmente, o faturamento médio mensal da COOPERCICLA é de quarenta mil reais.

Figura 13: Carga de papel branco



Fonte: COOPERCICLA, 2018.

A venda dos materiais processados é feita pelo presidente e auxiliares administrativos, sempre que lota uma carga (Figuras 13 e 14) os vendedores procuram o melhor preço pago pelo mercado de recicláveis e concretiza-se o negócio.

Figura 14: Carga de alumínio



Fonte: COOPERCICLA, 2018.

Como forma de se socializar com os cooperados, a COOPERCICLA investe, no final do ano, em uma festa de confraternização de trocas de experiências (Figura 15), e revelação do amigo secreto (Figura 16), brincadeiras com espaço de lazer para crianças, como pula-

pula, piscina de bolinha, etc., além de almoço (Figura 17) para todos os cooperados sem nenhum custo para os sócios.

Figura 15: Momento de troca de experiência entre cooperados



Fonte: COOPERCICLA, 2018.

As imagens ilustrativas podem mostrar momentos de troca de experiência e confraternização entre os cooperados.

Figura 16: Revelação dos amigo secreto



Fonte: COOPERCICLA, 2018.

A confraternização entre os cooperados é algo que acontece uma vez ao ano na COOPERCICLA, a imagem 16 mostra momentos de troca de presentes do „amigo secreto“ promovido pela cooperativa.



Figura 17: Momento de confraternização entre os cooperados



Fonte: COOPERCICLA, 2018.

Os sócios cooperados iniciam suas atividades por volta das 7h, fazem ginástica laboral (Figura 18) e tão logo, a primeira carga da matéria prima chega à sede do empreendimento, em sequência, o caminhão é descarregado e os trabalhadores elevam a carga até a esteira (Figura 19) e começam a separar os materiais recicláveis, em seguida, e após a separação dos materiais eles são prensados (Figura 20) e estocados em forma de fardos (Figura 21).

Figura 18: Ginástica laboral



Fonte: COOPERCICLA, 2018.

A ginástica laboral ilustrada na figura 18 foi feita por um educador físico voluntário do projeto de reciclagem da de reciclagem cooperativa de Ituiutaba.



Figura 19: Esteira de seleção



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

A esteira de separação adquirida por meio da incubadora, UFU, foi um avanço na agilidade da separação dos materiais, e consequentemente melhorou o rendimento dos cooperados e da cooperativa.

Figura 20: Prensa do material separado



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

A máquina de prensa ilustrada na figura 20 é usada pelos cooperados para beneficiar os materiais separados manualmente em fardos.

Figura 21: Fardos prontos para estocagem



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2018.

Nesta seção discutimos as características das cooperativas analisadas e ilustramos, através de figuras, parte da dinâmica operacional das cooperativas bem como a comparação da velha sede com a nova sede. Na próxima seção, vamos discutir os princípios de economia solidária nos empreendimentos analisados.

#### **4.4. Princípios da Economia Solidária e suas Relações com as Cooperativas Estudadas**

Para atingir o objetivo específico de analisar as interfaces das cooperativas de reciclagens regionais com a economia solidária, este capítulo foi dividido em tópicos de acordo com os princípios gerais de economia solidária (vide apêndice 1).

##### **4.4.1. Inclusão e Valorização Social do Trabalho nos Empreendimentos Solidários Analisados**

Refletindo criticamente sobre a dignidade do indivíduo, a valorização do ser humano, integração com o meio social e o pertencimento da identidade com a comunidade, encontrou-se nas cooperativas de economia solidária analisadas uma forma de inclusão diferenciada do

modelo econômico tradicional, se considerar ainda a expressão „inclusão“. Costa e Oliveira (2017) afirmam que o paradigma inclusão deveria orientar o poder público para a promoção do desenvolvimento humano, e é por intermédio do trabalho que a valorização do indivíduo pode ser alcançado, é o lugar que interagimos com outras pessoas e fortalecemos nossas capacidades como humanos.

Diante disto, os empreendimentos de economia solidária pesquisados ocasionam essa aproximação do indivíduo, excluído do mercado, para a inclusão no trabalho, ainda sobre este olhar, e apesar da remuneração ainda insuficiente, através do simples fato de estar trabalhando, os marginalizados pelo mercado formal de trabalho, conseguiram relativa independência financeira que é alcançada pelo acesso de uma ocupação que os empreendimentos de economia solidária lhes proporcionaram.

O que atrai os cooperados a cooperativa é a necessidade de trabalho, dessa forma, as cooperativas reconhecem que as pessoas, até então excluídas como idosos, deficientes, ex-detentos e viciados em álcool ou drogas, podem se desenvolver para o trabalho dignamente, assim como os fazem nas cooperativas estudadas, neste sentido, Costa e Oliveira (2017) afirmam que os princípios de igualdade é a base para criar uma sociedade inclusiva, considerando que a igualdade entre os cidadãos é fundamental para uma condição de democracia plena, dessa forma, o trabalho incorpora valores e contribui para o progresso democrático (COSTA; OLIVEIRA, 2017).

Entre os sócios cooperados, 30% têm mais de 50 anos, se contar a idade a partir dos 40 anos, 56% dos sócios fazem parte desta faixa etária, isto mostra que os empreendimentos de economia solidária, pelo menos os aqui analisados, incluem pessoas, cuja faixa etária na qual pertence, teriam dificuldades de se reinserir no mercado.

Para os trabalhadores mais experientes, a renda do empreendimento solidário funciona como um mecanismo compensatório, ou seja, que permite somar à aposentadoria, neste sentido Vanzella, Neto e Da Silva (2011), afirmam que os idosos com baixo nível escolaridade, como os das cooperativas analisadas, encontram com a menor probabilidade de se manter ocupados na velhice, dessa forma, os empreendimentos estudados, vai ao encontro com os princípios de inclusão social da economia solidária.

Do mesmo modo, em uma sociedade inclusiva, como a ressocialização de ex-detentos, pode ser encontrada nos empreendimentos de economia solidária, assim como em uma das cooperativas estudadas, nesta perspectiva de inclusão, Paula e Magalhães (2015) afirmam que os

valores e crenças arquitetados da mente humana sofrem influência do meio externo, dos traumas e das transformações de vida do indivíduo, dessa forma, a conduta particular de cada pessoa passa a ser aceita ou não pela sociedade, no caso de não aceitação, o sujeito é punido com os rigores da lei o que pode acarretar em isolamento do indivíduo como penalidade as normas predominantes.

Para um ex-detento, a inserção no mercado de trabalho pode ser muito árdua, passa a viver com rótulos de delinquente, infrator, criminoso tanto da sociedade quanto de seus familiares, o sentimento de fracasso toma conta do cidadão, tudo isso contribui para a não recuperação do indivíduo. Uma das cooperativas analisadas colabora para a inserção de pelo menos 3 indivíduos nesta situação, analisando os registros documentais das cooperativas, não foi possível determinar com exatidão a quantidade de pessoas em recuperação ou ex-detentos do sistema carcerário pois, não é registrado nenhum tipo de antecedentes ou vida particular do cooperado para se tornar sócio, isso mostra que a economia solidária, neste empreendimento de reciclagem, é inclusivo.

Outros trabalhos, como de Meneghetti e Favarin (2016, p. 9), também revelaram a economia solidária como uma alternativa para ressocialização e inclusão dos ex-detentos, e ainda confirma que a ES é “capaz de empoderar os sujeitos ali inseridos, de forma a capacitá-los para, ao retomar a liberdade, possuírem uma renda própria, o que, indiscutivelmente, irá facilitar na sua ressocialização”.

Rocha (2009), ocupando o cargo de ministra da justiça no Brasil, informa que o foco político e jurídico brasileiro esta na dignidade humana e no respeito ao indivíduo, a dignidade é à base da ideia de justiça humana, assim por intermédio do trabalho, o indivíduo extingue-se da figura do escravo e do homem como objeto, mas revela-se como sujeito dono de sua própria produção.

Nas unidades de estudo deste trabalho, bem como nos empreendimento de economia solidária, o rendimento global depende dos esforços de cada indivíduo o que reforça a figura do homem que vive em sociedade como o senhor de suas realizações.

Quando foram analisados os recursos econômicos, a renda global e melhores condições de trabalhos para todos em detrimento da renda pessoal, era o objetivo dos empreendimentos, a idealização de proventos em grupo fortalece os princípios de solidariedade e mutualidade em economia solidária.

As faltas de oportunidades no mercado econômico tradicional induzem os sujeitos a se interessarem pelos empreendimentos de economia solidária e no anseio de integrar-se em algo que assegurasse a subsistência e da família.

Dessa forma, as organizações promovem o desenvolvimento nas comunidades mais pobres de forma similar aos estudos de APPE (2017). Outros autores como Oliveira, 2006; Singer, 2004a; Gurberlet, Trembla e Moraes, 2014, também destacaram, assim como os resultados encontrados nesta pesquisa, que economia solidária é uma tentativa de enfrentar o desemprego e a exclusão social

Segundo o site da COOPERCICLA (2018), pessoas foram resgatadas de trabalhos de coleta no lixão para a cooperativa. As vítimas do desemprego se vêem obrigados a buscar alternativas, como trabalhos autônomos individuais ou coletivos e quando coletivos, elas optam, quase sempre, pela economia solidária como informou os estudos de Gurberlet, Trembla e Moraes (2014).

#### **4.4.2. O Reconhecimento da Mulher e do Feminino numa Economia Fundamentada na Solidariedade**

Reconhece-se que não é a intenção do pesquisador representar a voz das mulheres trabalhadoras e cooperadas nos empreendimentos de economia solidária estudados. Este tópico foi criado por fazer parte dos princípios de economia solidária, e por encontrar, durante a coleta de dados, mulheres que simbolizam a saída da dependência da figura masculina via economia solidária.

A admissão da mulher na economia solidária teve início na invisibilidade e da necessidade de uma independência da figura masculina, o que fortaleceu as discussões de gênero em economia solidária. No Brasil, os salários das mulheres ocupando o mesmo cargo que os homens são, na média, 30% menor, quanto aos cargos de chefia às mulheres são minorias (NOBRE, 2003).

As duas cooperativas pesquisadas destacam-se por serem diferentes da economia tradicional, os princípios de inclusão e igualdade da economia solidária, também é uma realidade quando se analisa as questões de gênero. Na COOPERCICLA o número de trabalhadoras (52,5%) é maior que os homens e nos cargos de chefia 2 homens ocupam cargos administrativos enquanto 7 mulheres ocupam cargos administrativos, o presidente é do sexo masculino. Na COOREPA o número total de mulheres cooperadas somam 66,6%,

2 homens e 1 mulher ocupam cargos administrativos e a presidente é do gênero feminino. Os rendimentos, nas duas cooperativas, são iguais para todos os gêneros, independente dos cargos e funções que ocupam. Esses dados vão ao encontro dos princípios de economia solidária, quando é colocado o desenvolvimento justo e combate a exclusão social em pauta.

A fim de debater a economia solidária feminista, Nobre (2003) propõe três pontos, a saber: (i) Divisão sexual do trabalho (ii) A produção e reprodução (iii) A desnaturação da economia capitalista e patriarcal.

A economia solidária tende quebrar a divisão social e sexual do trabalho, mesmo porque qualquer atividade exercida por um dos gêneros pode ser praticada pelo seu oposto de forma igual. Nesse sentido, Nobre (2003) afirma que a divisão sexual do trabalho é natural nos meios de produção, as mulheres geralmente assumem cargos de tarefas meticulosas, que demandam domínio dos movimentos do corpo, funções cronometradas e privadas às mulheres, que por elas recebem salários menores, não obstante, na divisão sexual do trabalho, devemos ainda considerar as relações de poder da figura masculina que se propagam com o trabalho masculino sempre como um valor superior ao trabalho feminino.

Nos processos de reciclagens, segundo Pereira Silva (2017) algumas atividades são realizadas majoritariamente por mulheres, como a triagem, os homens realizam as tarefas que exigem mais esforço físico como o transporte até a esteira de separação ou relacionado à utilização dos maquinários como as prensas, o autor também assume que muitas vezes as mulheres exercem todas as funções sem distinção.

Na realidade das duas cooperativas estudadas, esta diferenciação de gênero no trabalho não acontece, mulheres e homens compartilham os mesmos cargos em proporções iguais, pessoas de gêneros diferentes trabalham na coleta de materiais, na esteira de separação e na prensa dos materiais, e ainda ocupam cargos administrativos, porém, é necessário um estudo mais detalhado, para obter dados necessários para concluir as questões relacionadas ao poder entre os gêneros dentro das cooperativas.

Nobre (2003) discute as tarefas de reprodução (comer, limpar e conservar), que no mundo capitalista, mulheres relatam ter mais flexibilidade para tratar de assuntos de família, uma ou mais mulheres paga o preço de executar as tarefas do cuidado no ambiente familiar. Na economia solidária, segundo Pereira e Silva (2017, p.19), não é diferente disto, ou seja, as mulheres “precisam se ausentar periodicamente para acompanhar o tratamento médico

dos filhos, e amparar conflitos familiares, entre outros motivos [...]. Dessa forma, o trabalho cooperativo possibilita maior flexibilidade [...] embora o tempo não seja remunerado”.

Os dados encontrados foram os próximos dos resultados analisados por Pereira e Silva (2017), apesar de maior flexibilidade para os trabalhos nomeados de reprodutivos, tanto homens quanto mulheres, o tempo gasto nos trabalhos em casa não são pagos pelas cooperativas.

A discussão da desnaturalização da economia capitalista proposta por Nobre (2003) remete ao questionamento da naturalização da divisão sexual do trabalho da economia capitalista. Nos ambientes estudados nesta pesquisa, como já discutido antes, não há esta separação de trabalho por gêneros.

Ao considerar as questões de gênero na visão de Medeiros (2008), na qual rejeita o determinismo imposto pela biologia, deste ponto de vista, a autora identifica 3 tipos de gêneros: (i) cúmplice, indivíduos que reforçam o discurso dominante, (ii) Resistente, indivíduos que apresentam sinais de resistência e (iii) Confrontador, que são os indivíduos que não se sujeita a discursos dominantes.

O discurso confrontador parece ser dominante dados como no caso do confronto direto com o presidente da cooperativa, quando alguns cooperados, reivindicam férias de 30 dias remuneradas, em contrapartida, não é possível devido a natureza da organização cooperativista, uma vez que, se os cooperados pararem não terão outras fontes de rendas que assegurem o rendimento mensal.

Assim, identificou-se nesta pesquisa similaridades ao encontrado no trabalho de Valadão-Júnior, Herk e Medeiros (2004, p. 13) que afirmam que a figura feminina, nos empreendimentos solidários, assume característica camaleônica, ou seja, a cumplicidade e o confronto esta “tão imbricada que se torna difícil determinar seus limites [...] as duas categorias transitam quase que concomitantemente”. Ainda neste estudo os autores dizem que a independência da figura masculina pode ser alcançada por meio da economia solidária.

Para Oliveira (2013), na lógica dominadora, a figura feminina desempenha papel „para com os outros”, ou seja, “o foco é satisfação das necessidades dos outros como filhos, companheiro e comunidade”. Para a autora os empreendimentos de economia solidária colaboram com a desconstrução desta lógica, e permite a inclusão das mulheres no „ser para si”, e acabam por contribuir na formação de mulheres empoderadas, a autora ainda tem a visão do empoderamento psicológico como uma manifestação de um comportamento de autoconfiança, e as afirmações como eu posso, eu vou, eu sou capaz expressam essa consciência.

#### **4.4.3. Respeito com a Natureza e os Princípios de Solidariedade**

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizada, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos, neste sentido, os empreendimentos analisados, nascem com características de economia solidária no papel de recicladora, o que colabora diretamente com a gestão ambiental local, uma vez que retira dos ambientes locais, resíduos sólidos e beneficiam para reutilização dos materiais, ainda desenvolve a inclusão social e o combate ao desemprego de pessoas que viviam, até então, as margens da sociedade. Considerando a quantidade de resíduos sólidos descartados diariamente no Brasil e no mundo, as cooperativas de reciclagem em geral aparecem na contramão, contribuindo para frear todo esse processo de degradação.

A COOPERCICLA, por exemplo, resgata todos os anos mais de 950 toneladas de materiais que seriam descartados na cidade local, e a COOREPA, próximo de 72 toneladas anuais, estes materiais sofrem um processo de reindustrialização, dessa forma, as cooperativas de reciclagem contribuem não somente para retirada destes materiais, mas também coopera para preservação de recursos naturais que seriam gastos para produção de novos produtos, neste sentido Leal et. al. (2002) afirmam que a reindustrialização dos materiais é uma atividade lucrativa, que gera ações benéficas para a sociedade e o ambiente, pois retira materiais que era considerado lixo e reaproveita-os contribuindo também com, se não o maior, um dos maiores problemas urbanos da atualidade, que é o lixo produzido pela sociedade, neste sentido, o autor destaca que as cooperativas de reciclagens ocasionem outros benefícios a sociedade e a natureza como a preservação de recursos naturais.

#### **4.5. A Gestão das Cooperativas de Economia solidária de Reciclagens Regional**

Para atingir o segundo objetivo desta pesquisa de analisar como é compartilhada a gestão das cooperativas de reciclagens regional no ambiente organizacional dos empreendimentos solidários partimos da proposta do modelo de Andion (2005), que sugere analisar 4 dimensões na organização solidária, quais sejam: (i) Social: relação entre os



membros da organização (ii) Econômica: gestão dos recursos, (iii) ecológica: relações com o meio ambiente, (iv) organizacional e técnica: funcionamento interno da organização. A dimensão ecológica foi discutida no capítulo anterior, logo aqui será apresentados os resultados das dimensões sociais, econômicas e organizacionais.

#### **4.5.1. Gestão Social e Democrática**

Não se pode negar a similaridade da gestão social com os princípios de economia solidária, dessa forma, Tenório (2008, p.37) entende a gestão social como um “processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação”, para o autor a cidadania deve ser deliberativa, o seja, as decisões devem ser a partir de discussões determinadas pelos princípios da inclusão, igualdade e participativo na busca do bem comum.

Para o autor, a participação social é possível quando diferentes camadas da sociedade participam dos processos decisórios, a intenção é incluir pessoas ou grupos marginalizados, neste sentido, até para participar os atores devem estar engajadas compartilhando os mesmos interesses e objetivos. A gestão social é democrática e tem como alvos os cidadãos deliberativos, a economia social, o senso solidário e o trabalhador como sujeito autor de suas decisões.

Cançado, Pereira e Tenório (2015) sugerem que a gestão social deve incluir as seguintes categorias teóricas: democracia deliberativa, dialogicidade, intersubjetividade e racionalidade. Por democracia deliberativa o autor entende como a forma de tomada de decisão na esfera pública da organização com gestão social, ela enfatiza o valor dos procedimentos cívicos que supera o antagonismo entre participação e representação, já a racionalidade é entendida como um equilíbrio da dimensão econômica com as demais, permitindo o avanço tanto do capital como das potencialidades humanas, neste sentido, a gestão social é capaz de enfrentar a exclusão e em outra linha de pensamento (TENORIO, 2008) a racionalidade da gestão social o foco é a solidariedade.

A dialogicidade é compreendida, por Cançado, Pereira e Tenório (2015, p.9) como o diálogo, “onde todos falam, ouvem e consideram o que os outros dizem” e por intersubjetividade os autores entendem, como a capacidade dos indivíduos entender a subjetividade do outro.

Neste sentido, as unidades cooperativistas de economia solidária estudadas, o processo de decisão é compartilhado entre os sócios cooperados, logo o dialogo e a intersubjetividade é uma forma democrática de considerar válido, a voz dos atores das cooperativas.

Na COOREPA a gestão é significativamente participativa, ou seja, todos os cooperados participam nas decisões administrativas, no entanto, isto é mais fácil quando o número de sócios colaboradores é reduzido, como nesta cooperativa.

Por outro lado, a COOPERCICLA mantém parte das decisões administrativas, julgadas como menos importantes, nas mãos dos gestores da organização, outras decisões consideradas mais importantes ou que envolve diretamente os cooperados, são compartilhadas entre os sócios através de reuniões convocadas pelo presidente, no entanto, nem todos os cooperados participam ou têm interesse em participar dos processos.

Por fim, o processo organizacional de decisão é feito por todos os membros das cooperativas, objetos deste estudo, no entanto, a não participação de alguns membros de reuniões do processo decisório, por vontade própria, não suprime a democracia do processo decisório, desta maneira, podemos considerar que os sócios cooperados são engajados e compartilham os mesmos interesses e objetivos para o bem comum das cooperativas estudadas.

#### **4.5.2. Análise Econômica**

Adion (2005, p. 87) considera a dimensão econômica como as formas de gestão dos recursos, financeiros e não financeiros utilizados na organização. Guareshi e Veronese (2009) destacam que o objetivo dos empreendimentos solidários e cooperativistas é a atender a demanda social, e não maximizar o lucro. Para os autores, o excedente deveria ser decidido pelos sócios cooperados em assembleia.

Na COOREPA, a divisão da receita é feita uma vez ao mês, toda renda das vendas da organização é depositado na conta da cooperativa e no final do mês rateia entre os cooperados, dessa forma, não existe diferença salarial entre os membros, nem mesmo entre os membros da diretoria. O faturamento mensal fica próximo dos 6 mil reais, o menor salário retirado na cooperativa ficou abaixo da linha da pobreza, o ganho foi de 120 reais, já o maior salário foi de um mil reais, atualmente o valor da remuneração mensal fica entre 500 a 800 reais.

Dessa forma, a cooperativa não consegue remunerar todos com salário mínimo, no entanto se os próprios cooperados coletassem materiais para revenda provavelmente melhorariam o faturamento e consequentemente aumentaria o rendimento para cada sócio cooperado, talvez, o motivo do baixo faturamento das cooperativas sejam a ampla disputa pela matéria prima com as empresas particulares, que pagam pelo material utilizado. Como experiências próprias do pesquisador já me fizeram uma proposta para comprar os papelões que antes enviava a COOREPA<sup>5</sup>, logo por dedução, supomos que outras empresas também receberam esta oferta de compra de materiais recicláveis.

Na COOPERCICLA, a divisão da receita é feita uma vez ao ano, sempre no final do ano, dessa maneira os cooperados tem a sensação de receber o décimo terceiro salário. O faturamento mensal da cooperativa fica próximo de 40 mil. A menor renda foi de 270 reais, devido a uma empresa que não cumpriu com suas obrigações e prejudicou a cooperativa, neste mês, a prefeitura foi acionada e os cooperados ganharam 2 cestas básicas, a maior receita mensal foi de 1600 reais.

Os cooperados da COOPERCICLA trabalham com o que eles chamam de fundo de reserva, toda receita da cooperativa vai para uma conta no banco e fundo de reserva. A remuneração é feita por dia trabalhado, é uma retirada por hora independente da função do sócio.

Os aspectos econômicos das duas cooperativas, vão ao encontro dos princípios de economia solidária, onde os recursos que sobram são rateados entre os sócios cooperados.

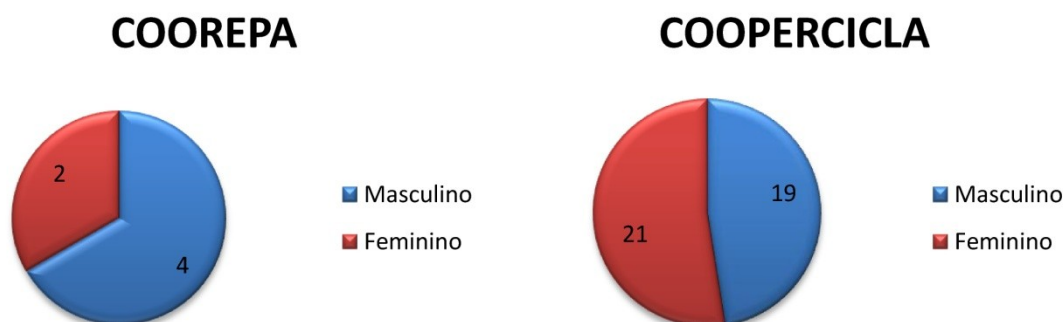
#### **4.5.3. Análise Organizacional**

A figura 22 mostra a os números absolutos de homens e mulheres que desempenham funções e são sócios cooperados(as) das organizações estudadas.

---

<sup>5</sup> Uma empresa de móveis na mesma cidade da COOREPA, entregamos papelões para serem reciclado na cooperativa, não obstante, uma empresa particular de reciclagem ofereceu comprar os papelões, diante desta nova realidade, os proprietários refletiram e optaram pela cooperativa, o que nos fazem refletir se todas as empresas tiveram o mesmo posicionamento.

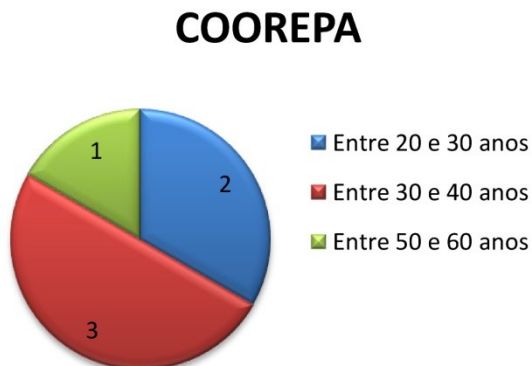
Figura 22 - Quantidade de homens e mulheres das cooperativas



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

A faixa etária dos cooperados ficou distribuída entre vinte e sessenta anos de idade, na COOREPA a idade que se destaca é entre 30 e 40 anos, já na COOPERCICLA, a idade com maior número de cooperados é distribuída uniformemente, e nenhum cooperado menor de 20 anos e com mais de 60 anos de idade foram encontrados nos registros conforme mostra os figuras 23 e 24.

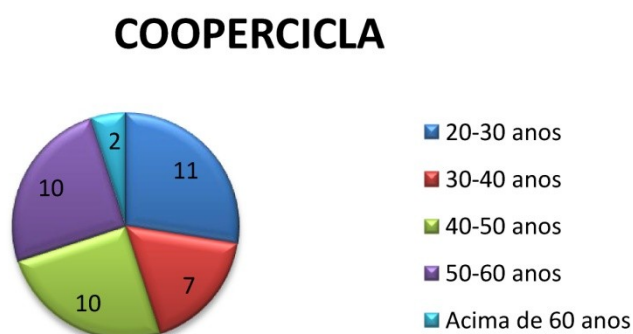
Figura 23 - Faixa etária dos cooperados da COOREPA



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

Enquanto a metade dos cooperados da COOREPA tem entre 30 e 40 anos, os sócios da COOPERCICLA estão distribuídos uniformemente entre 40 e 60 anos e entre 20 a 30 anos, sendo poucos trabalhadores acima de 60 anos de idade.

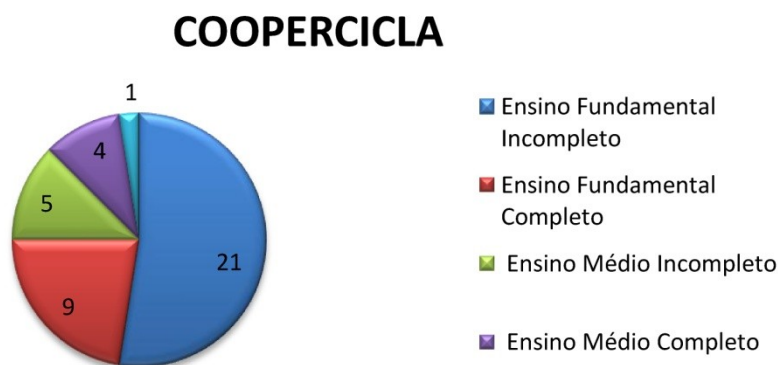
Figura 24 - Faixa etária dos cooperados da COOPERCICLA



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

Quanto à escolaridade dos cooperados, a maior parte não completou o ensino fundamental, na COOREPA, 50% apresentam este grau de estudos, outros 25% possuem o ensino fundamental completo e 25% com ensino médio incompleto. Na COOPERCICLA pouco mais de 50% não tem o ensino fundamental completo conforme mostra a figura 25. Não foi possível confirmar se algum cooperado tem ensino superior incompleto ou completo.

Figura 25 - Nível de escolaridade COOPERCICLA

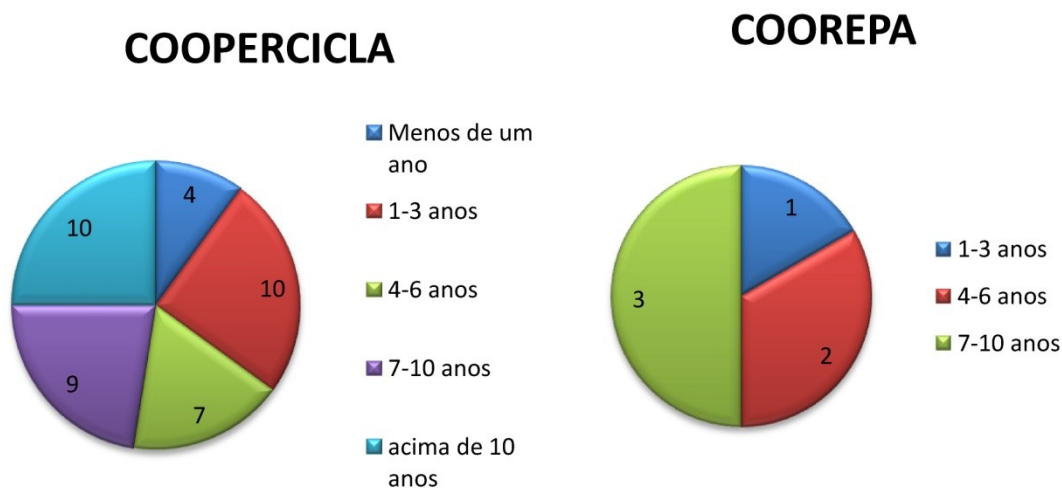


Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

A renda da maioria (86,96%) dos sócios, da COOPERCICLA, é de até um salário mínimo, no entanto as 13,04% restantes, ganham mais de um salário mensal, pois têm outras fontes de rendas além da cooperativa, como garçom a noite e diaristas nos finais de semana além de alguns aposentados, na COOREPA metade ganham até um salário e a outra metade até 2 salários pelos mesmos motivos. Quanto ao tempo de sociedade nas cooperativas, 26% tem acima de dez anos como cooperado na COOPERCICLA e 50% tem entre sete e dez anos

de casa, e nenhum membro se manifestou com menos de 1 ano na COOREPA, como demonstra o figura26.

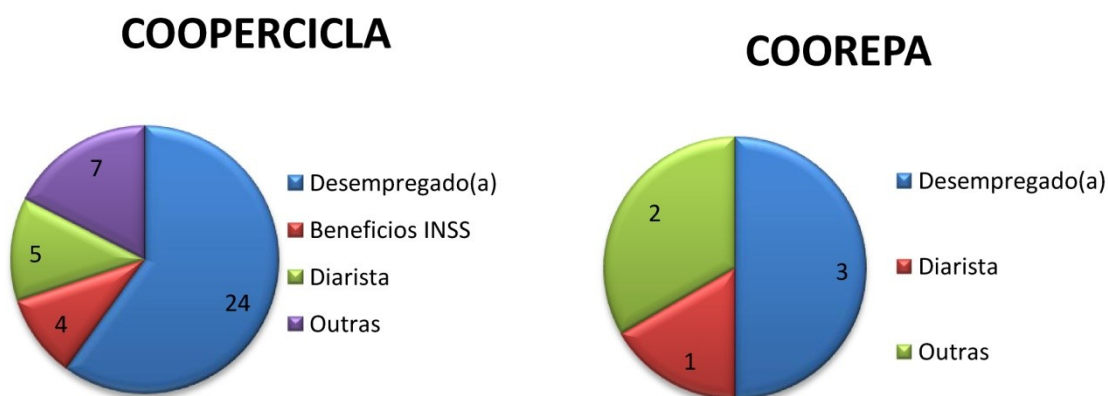
Figura 26 - Tempo de trabalho nas cooperativas



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

As maiorias dos cooperados, antes de se tornarem sócios da cooperativa, eram dependentes de um provedor (a), seja homem ou mulher, o sujeito nesta situação, depende de recursos geralmente do parceiro(a) ou algum membro familiar como pais e mães. A figura 27 mostra a situação dos cooperados antes de se tornarem sócios nas cooperativas.

Figura 27 - Situação dos indivíduos antes de se tornarem cooperados

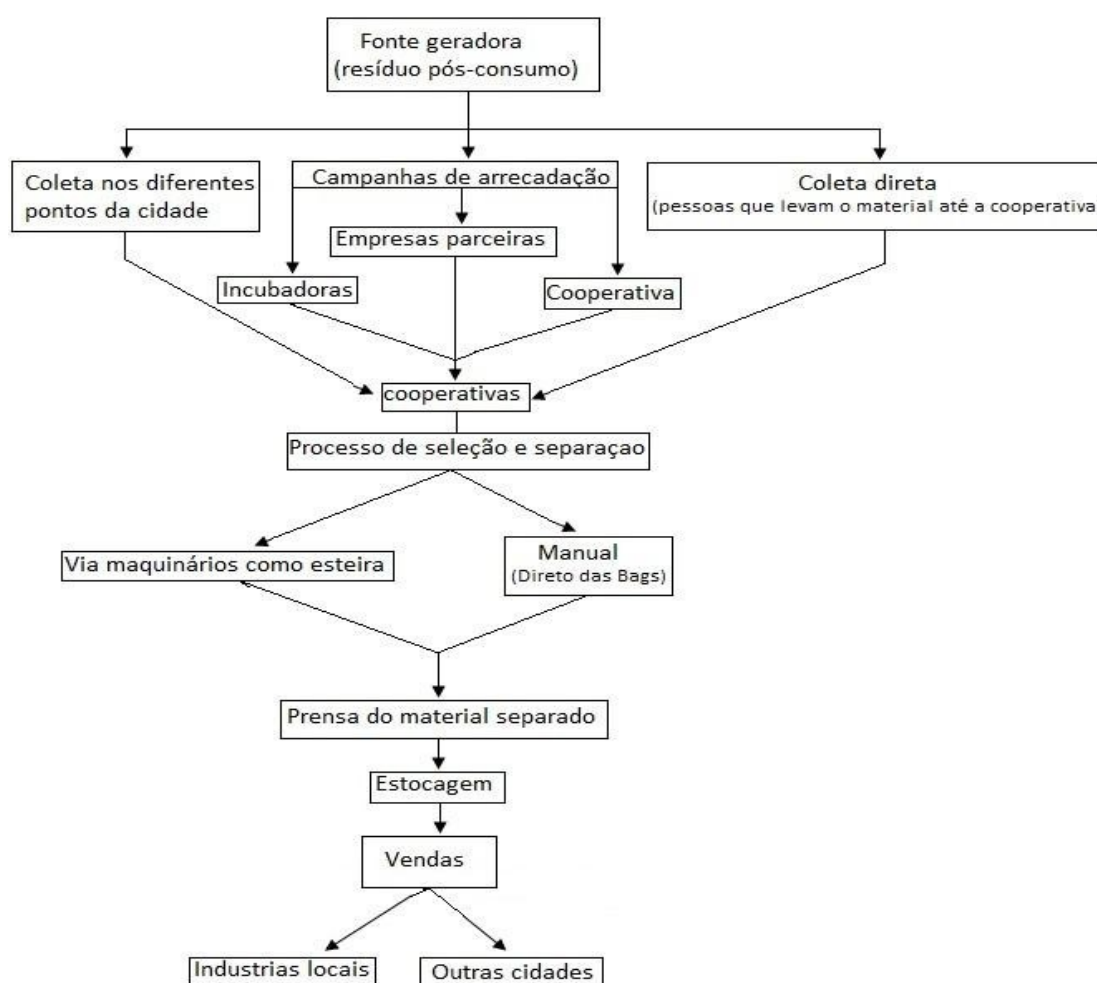


Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

Quanto à dinâmica de trabalho, as duas cooperativas estudadas operam de maneira semelhante. Logo pela manhã os veículos da COOPERCICLA saem para coletar os materiais nos diferentes pontos espalhados pela cidade, já na COOREPA quem faz a coleta é a

prefeitura local, quando chegam, os materiais colhidos seguem para uma área de estoque, logo em seguida é levado até a área de separação, no caso da COOREPA é feito no mesmo local de estoque (Figura 4) já na COOPERCICLA é levado até a esteira (Figura 19), depois de separado os materiais eles são prensados (Figura 20) e levados para serem estocados (Figura 21) e por fim é vendida, a figura 28 mostra o fluxograma da rotina de trabalho nas cooperativas estudadas.

Figura 28 - Dinâmica de Trabalho dos Sócios Cooperados



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

As retiradas do ambiente de materiais sólidos das duas cooperativas somam mais de mil toneladas por ano, nem todos os materiais que chegam às cooperativas são reciclados, o quadro 2 esclarece a união dos materiais que podem ser reciclado nas duas cooperativas analisadas, dessa forma, existe a necessidade dos cooperados de separar e transformar os materiais descartado em renováveis e com valor para o mercado, ao mesmo tempo em que reduzem o volume de detrito no ambiente. Os principais atores da cadeia de reciclagem são:

(i) Os Cooperados; (ii) As cooperativas de processamento e estocagem dos materiais; (iii) Revendedores; (iv) Indústria de beneficiamento e transformadora do material reciclado, (v) Estado regulador e de políticas públicas; (vi) Sociedade e ambiente beneficiado.

Quadro 2 - Panorama dos materiais reciclados e não reciclados nas Cooperativas

Materiais	Recicláveis	Não Recicláveis
Papel	Jornais, revistas, envelopes, cadernos, impressos, rascunhos, lista de telefone, cartazes, aparas de papel, caixas de papelão e embalagens longa vida	Papeis engordurados ou sujos (guardanapos p.e.) fitas e etiquetas adesivas, papeis metalizados, papeis plastificados, papeis parafinados e fotografias
Plástico	Potes, embalagens, copos, garrafas, frascos de produtos de limpeza e higiene pessoal, sacos e sacolas, utensílios plásticos usados (baldes canetas etc.) brinquedos, isopor	Fraudas, embalagens metalizadas, adesivos, cabos de panela, espuma, esponja de cozinha, tomadas acrílico e papel celofane.
Metal	Tampinhas de garrafas, latinhas e enlatados, talheres, tampas de panelas e panelas, pregos, papel alumínio	Latas de tinta, verniz, solventes químicos e inseticidas, aerossóis, esponja de aço, cliques, tachinhas
Vidro	Garrafas, potes de conserva, frascos em geral, copos e vidros de janelas (os vidros devem ser enrolados em jornal ou papelão inteiros ou estilhaçados)	Espelhos, vidros temperados, refratários (pirex), louças de porcelana e cerâmica, cristais, lâmpadas, ampolas de remédios ou embalagens de venenos.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do site da COOPERCICLA, 2018.

O quadro 2 ilustra didaticamente os materiais a serem reciclados e os que não podem ser reciclado, o objetivo desse quadro no site da cooperativa é esclarecer a população sobre reciclagem. A sessão 4.6 discute-se os princípios cooperativistas trazendo teorias e comparando-as com as unidades de análises desta dissertação.

#### 4.6. Difusão dos Princípios e os Valores Cooperativistas

Os princípios e valores cooperativistas se assemelham com os princípios da economia solidária discutido anteriormente, neste capítulo vamos tratar dos princípios de adesão livre e voluntária, autogestão, autonomia e independência, educação, formação e informação. Os princípios de gestão democrática, participação econômica e relação com a sociedade e natureza já foram discutidas nos princípios da economia solidária.



#### **4.6.1. Adesão Livre e Voluntária**

Este princípio do cooperativismo refere-se as organizações voluntárias e aberta para todas as pessoas aptas a fazer parte da cooperativa, sem distinção nem preconceito das diferenças, este princípio se manifesta na constituição federal da lei cooperativista 5764/71.

Na COOPERCICLA, a adesão é feita conforme surge vagas para o trabalho, com análise da diretoria da organização para seleção e adesão a cooperativa, não existe nenhum custo de entrada para a cooperativa, já na COOREPA, existe um custo de 50 reais para se associar, no entanto são poucas pessoas que procuram a cooperativa para associação

#### **4.6.2. Gestão Democrática**

A ideia de autogestão originou-se de estudiosos como Robert Owen e Proudhon na qual consideravam uma forma ideal de organização da sociedade. Para eles, a autogestão é a negação da burocracia e da heterogestão<sup>6</sup>.

A autogestão deve ser transparente, e as tomadas de decisões devem ser conscientes, na qual todos devem ter acesso às informações, nos empreendimentos estudados, o acesso as informações, como deveria ser em qualquer cooperativa de economia solidária, é de livre para todos os cooperados.

Na COOPERCICLA os cooperados, ou a quem interessar, os registros é aberto ao público, mas para evitar transtornos entre os sócios, todo mês fazem uma reunião, na qual, é relatado para os sócios todos os rendimentos, bem como os custos e despesas, nesta reunião também são tratados assuntos administrativos. Na COOREPA os registros ficam livres para acesso aos cooperados sempre que tiverem interesse em fiscalizar, este fato deve-se ao numero reduzido de sócios o que facilita o acesso para todos os cooperados.

Não obstante, os procedimentos de eleição para cargos administrativos, como o presidente, as duas cooperativas analisadas, o processo é democrático, na COOPERCICLA, a formação da chapa de direção é feita a cada dois anos, os cooperados votam e pelas regras, do

---

<sup>6</sup>Entende-se por heterogestão uma gestão burocrática com característica de dominação (TAUILE, 2005).

estatuto que regem na cooperativa, deve-se trocar no mínimo 1/3 dos representantes dos cargos administrativos em toda eleição.

A COOREPA, novas eleições eram feitas a cada dois anos, atualmente as eleições é feita a cada quatro anos devido a algumas mudanças de diretrizes do estatuto, o voto é feito pelos próprios cooperados, a última presidente esta no cargo há 6 anos.

Dessa forma, o tempo, acima do esperado, dos presidentes no poder é devido, talvez, à falta de interesse dos cooperados em assumir os cargos, este fato, possivelmente, ocorre devido ao despreparo dos sócio colaboradores em assumir cargos de gestão, da mesma maneira, Cançado (2008) já alertava que os atores da autogestão não estão preparados e ainda informa que correm o risco de igualar-se a heterogestão e, dessa forma, concorrer com o modelo capitalista de organização e já nascer condenadas ao fracasso, entretanto, os trabalhadores devem se auto educar<sup>7</sup> para preparem-se para a autogestão, para o autor a autogestão é como o único princípio baseado em gestão democrática.

#### **4.6.3. Autonomia, Independência e Autogestão**

Trata-se das instituições autônomas, as organizações cooperativas devem ser autônomas e independentes, sempre por iniciativas e esforços dos seus membros até alcançar à autogestão, os empreendimentos estudados teve apoio de órgãos públicos e privados, como as incubadoras, órgãos de fomento, e organizações não governamentais como as ONGs, mesmo com apoio as cooperativas estudadas caminham para uma autogestão e autossuficiência financeira, social e de técnicas de gestão.

Na COOREPA parece haver dificuldades para chegar à autogestão, a primeira dificuldade que vamos elencar é bem provável que seja a cultura da heterogestão, que estão inculcados, nos indivíduos e também, talvez, em boa parte da sociedade capitalista, ou seja, os sujeitos estão acostumados a serem comandados e controlados pela figura do patrão, possivelmente os cooperados não consigam enxergar outro modelo de gestão diferente

---

<sup>7</sup> No entanto, quando todos os trabalhadores já estiverem preparados, poderão ocorrer momentos de tensão, ou seja, uma revolução contra o sistema de dominação imposta pela sociedade capitalista. Para Cançado (2008) a revolução poderia ser uma supressão ao modelo heterogestionário.

da tradicional. A segunda dificuldade que listamos, é a falta de preparo técnico de gestão dos cooperados, o que talvez pudessem ser resolvido com ajuda de treinamentos da incubadora. A falta de interesse dos sócios cooperados, terceira dificuldade, porventura suceda, por não se reconhecerem como membros ativos da cooperativa, e por fim listamos a quarta e última possível dificuldade, que é a dependência da incubadora como divulgadora e apoio técnico, e principalmente, da prefeitura, pois, as cooperativas, por vezes, vêm o governo local como um órgão financiador do projeto, e não como um apoio, que deve ser desligado a um prazo determinado.

Na COOPERCICLA a autogestão é, parcialmente uma realidade, porém constatou-se via pesquisa de campo que são poucos os cooperados que entendem que são sócios provavelmente, eles veem o presidente na figura do patrão, assim como na COOREPA, a heterogestão está presente na cultura de cada sujeito cooperado, no entanto, consegue ver o governo local e a incubadora, como órgão de apoio social para as famílias dos cooperados.

#### **4.6.4. Educação, Formação e Informação**

Também faz parte dos princípios de economia solidária e cooperativista o aprendizado contínuo, neste aspecto, as cooperativas analisadas promovem o ensino, ora por meio das incubadoras ora por outros meios, como em movimentos sociais, na COOPERCICLA os cursos de aprendizagem fica por conta da UFU.

Na COOREPA os cooperados têm um aprendizado individual a fim de se informar sobre a atividade de reciclagem e fazem cursos do SEBRAE, a incubadora também faz o papel de levar a informação para os cooperados. Parece não existir interesse, por parte dos cooperados, em evoluir nesta área, eles simplesmente tem a figura da presidente como patroa, e os cooperados como empregados, neste sentido, fazem o que é mandado fazer e no final do mês recebe sua parte do rendimento.

#### **4.7. Contribuições das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares aos Empreendimentos Solidários**

Por meio de prováveis obstáculos, na qual os empreendimentos de economia solidária podem passar, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares por vez, contribuem em pontos importantes a fim tentar estabelecer a solução para os desafios. Para tanto, as

ITCPs, que trabalham com economia solidária, entre outros benefícios, promovem cursos para habilitar os atores dos EES.

Oliveira, Tessarini e Moronato (2015), ressaltam que as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, são organizações vinculadas às universidades, que utilizam dos recursos humanos para assessorar os sócios cooperados no desenvolvimento dos empreendimentos incubados.

Na COOPERCICLA, quando a universidade iniciou o projeto de incubação, já existia a cooperativa, em um processo bem avançado de autogestão. O trabalho de incubação foi feito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – campus do Pontal no sentido de aperfeiçoar as práticas de economia solidária até então vigentes na cooperativa.

O trabalho da UFU inicialmente promoveu ações para melhorias do relacionamento entre os cooperados, na década de 2010, a incubadora procurou fortalecer o empoderamento coletivo através do diálogo e de exposição de experiências semelhantes por todo o Brasil. AUFU tem diversos projetos sociais que são desenvolvidos na recicladora, por exemplo, eventos de confraternização, cursos e aprendizagem contínua, apoio social aos cooperados como ajuda para conseguir casa própria para os sócios cooperados através de apoio técnico e de conhecimento de causado programa minha casa minha vida do governo federal.

Com recursos públicos de editais nacionais, especialmente com apoio do Programa de Extensão Universitária do Governo Federal (PROEXT) a UFU intercedeu pela compra de uma esteira de separação dos materiais, o que gerou um maior número de cooperados para a cooperativa por meio do aumento da produção de recicláveis.

Dessa forma, vários projetos de extensão universitária foram criados e beneficiou a cooperativa como o projeto „agentes ambientais e inclusão social II” de 2010, o „Agentes ambientais II” de 2011, que trabalhou com a comunidade de recicladores aproximando outras ações sociais promovidas pela universidade que proferiu as demandas dos cooperados que estavam inseridos nos programas sociais do governo federal como o “Programa Bolsa Família”.

Paralelamente, o “Programa Minha Casa Minha Vida” foi promovido pelo governo federal e beneficiou os cooperados sem casa própria, a incubadora interferiu neste benefício por intermédio da extensão via PROEXT 2010, na qual os alunos do projeto recuperaram documentos dos cooperados que eram exigidos pelo programa do governo federal. Os totais de famílias dos cooperados beneficiados com interferência da incubadora somaram 17 casas.

Em 2012 foi criado o projeto empoderamento dos trabalhadores da COOPERCICLA, teve como objetivo promover a gestão democrática e investimentos em maquinários e no processo de operacionalização dos cooperados, para melhoria da qualidade de vida dos cooperados. Ainda neste ano, outro projeto de extensão promovido e apoiado pelo curso de engenharia de produção buscou a melhoria de condições de trabalho e da produtividade, deste projeto extraiu um artigo que foi publicado por Carvalho e Calixto (2012) detalhando os resultados.

Outros trabalhos publicados pelos mesmos autores mostram os resultados das ações promovidas pela incubadora no período de 2010 a 2013, e observaram que houve ganho na produtividade devido a implantação da esteira de separação dos recicláveis e consequentemente a rentabilidade individual dos cooperados também aumentou e ainda permitiu a adesão de novos sócios, quanto a rotatividade, a diminuição foi gradativa, o que prova que houve uma contribuição real dos projetos de extensão, Carvalho e Calixto (2014) atribui a assessoria técnica na saúde dos cooperados e melhorias nas condições de trabalho.

A universidade também promoveu a disseminação de trabalhos de aprendizagem sobre o tema economia solidária, sustentabilidade, cidadania e meio ambiente com os cooperados. Este tipo de ação tem como consequência o desenvolvimento sustentável e consciente, que pode gerar pensamentos de solidariedade e crescimento saudável em sociedade.

A ideia do empreendimento solidário na COOREPA partiu da Prefeitura local com parceria do banco do Brasil que convidaram a universidade local (UFMS) para fazer parte do projeto, logo, a cooperativa já nasceu incubada pela universidade, que trabalhava com treinamentos e para o representante da incubadora, o principal suporte da UFMS para com os cooperados, são os conhecimentos técnicos administrativos.

Na COOREPA, assim como nos estudos de Oliveira, Tessarini e Moronato (2015), o grande desafio é colocar em prática a autogestão do empreendimento solidário, para os autores, para chegar a autogestão é necessária postura e habilidades, que dificilmente serão encontrados nos sujeitos cooperados, isto requer tempo e dedicação para o entendimento da complexidade da gestão solidária e democrática.

Da mesma maneira, os cooperados podem não entender que não existe mais patrão, nesta forma de gestão, estão acomodados com as características heterogestão de administrar, e que a renda depende de cada membro da equipe, logo existe certo despreparo dos sócios para a autogestão.

Desta maneira, a autogestão ainda é uma ideia muito distante da realidade da COOREPA, pois ainda demandam apoio de base como estrutural, neste sentido, incubadora já foi mais proativa no projeto, a UFMS fazia parte da rotina dos cooperados, ou seja, estava presente o tempo todo na cooperativa com participação de 30 alunos da universidade no projeto de extensão<sup>8</sup>.

A partir de orientações e leituras dos temas autogestão e economia solidária, os representantes da incubadora entenderam que os cooperados deveriam tomar suas próprias decisões, servindo somente de apoio técnico e aconselhamento a partir da identificação de possíveis erros administrativos. Quando finalmente a COOREPA pediu o desligamento da Universidade e a incubadora se tornou um órgão de apoio reativo, ou seja, as demandas e necessidades devem partir dos cooperados.

Quanto ao apoio do governo local, a cooperativa entendia a prefeitura como uma organização financiadora, com ajuda da incubadora, esta visão está mudando, está enxergando a prefeitura como órgão de apoio.

Considerando os resíduos sólidos como um problema do governo local, entende-se nesta pesquisa, assim como a incubadora, que falta mais diálogo e proximidade entre os representantes do governo local, a incubadora e a cooperativa, a fim de traçar planos eficientes e eficazes para a coleta mais rentável que beneficiaria toda comunidade local.

---

<sup>8</sup> Como ex-aluno da UFMS, fiz visitas a cooperativa e participei de algumas campanhas de arrecadação de matérias primas para a cooperativa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos de economia solidária são organizações na qual trabalham pelo menos duas pessoas que não fazem parte do mesmo vínculo familiar, devem exercer gestão democrática e o foco deve ser nas atividades socioeconômicas. No Brasil, os órgãos oficiais do governo que dão apoio a este tipo de empreendimento é feito por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no entanto os recursos não podem ser transferidos diretamente ao empreendimento tão pouco aos sócios físicos, segundo informações do site do Ministério do Trabalho (2018), os recursos só podem ser repassados aos estados, municípios, universidade e organizações da sociedade civil que tenham projetos de apoio a economia solidária.

As principais organizações representativas ou movimentos sociais voltados para o tema são: O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL).

De acordo com os princípios de economia solidária, e respondendo a primeira questão que direciona esta pesquisa, os empreendimentos de economia solidária analisados contribuem com a sociedade para potencializar o trabalho formal, gerar trabalho/renda e reduzir a exclusão social, favorecendo a dignidade humana dos cooperados se seu desenvolvimento social e financeiro.

As cooperativas analisadas atuam com relações amplas com a sociedade, o Estado e o meio ambiente. Existe uma contribuição com as três dimensões, que é a retirada do material, que seria destinado ao aterro sanitário para a reindustrialização, neste sentido as cooperativas analisadas, contribuem com a sociedade, no sentido de viver em um ambiente natural, livre de resíduos, e ainda, para a sociedade, as cooperativas tiveram o trabalho inicial de resgatar pessoas que viviam de „catar” lixo no aterro da cidade. Dessa forma, cogitam a inclusão social de sujeitos tido antes como marginalizados, promovendo o desenvolvimento das comunidades mais pobres.

Para o Estado, as cooperativas contribuem para a retirada dos resíduos sólidos do ambiente, função esta das prefeituras locais, e para o meio ambiente, obviamente, a

contribuição é a reindustrialização dos materiais e as reduções do uso de matérias-primas que seriam utilizadas para produção de novos produtos, isto nos leva a terceira questão de pesquisa que são as praticas da economia solidária.

Dessa forma, as práticas da economia solidária, se adequadamente incorporadas, promovem a inclusão e valorização social do trabalho, neste tema, este trabalho revelou que a economia solidária, pode ir além da inclusão social e alcançar, por exemplo, alternativas para a ressocialização e inclusão de pessoas, como ex. presidiários.

Ainda analisando as praticas, foi discutido o reconhecimento do lugar da mulher e do feminino na economia solidária, neste tema, foram analisadas três subcategorias, a saber: Divisão Sexual do Trabalho, a Produção e Reprodução e a Desnaturalização da Economia Capitalista e Patriarcal.

O respeito com a natureza e os princípios da solidariedade nos empreendimentos analisados, foram também temas para debater a terceira questão desta pesquisa, neste sentido, as duas cooperativas juntas retiram do ambiente mais de mil toneladas de resíduos sólidos por ano.

A quarta questão de pesquisa é sobre a gestão democrática nas cooperativas de reciclagem investigadas, gestão esta caracterizada pelas ações conjuntas e compartilhadas entre os cooperados e diretoria executiva com foco na produção, comercialização do material coletado, vendas dos materiais e divisão das receitas.

Quanto à dinâmica de cooperação entre cooperados e a gestão democrática ou autogestão nas cooperativas, quinta questão norteadora desta pesquisa, conclui-se que é uma característica fundamental nos empreendimentos de economia solidária, contribuindo para emancipação do trabalho e torna cada membro associado responsável pelos mesmos interesses e objetivos da cooperativa. Nesse sentido, constatou-se a existência de um processo complexo para chegar à autogestão plena, uma vez que está impregnado a cultura da heterogestão nos cooperados.

Quanto à relevância do papel exercido pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) pertencentes às Universidades Federais de Uberlândia (UFU) e de Mato Grosso do Sul (UFMS), que foram fundamentais em seus respectivos estados para auxiliar a criação e desenvolvimento da COOPERCICLA (MG) e COOREPA (MS), conclui-se que as principais contribuições estão relacionadas às técnicas de gestão, treinamentos,



capacitações e transferência de conhecimento na área do Cooperativismo e da Economia Solidária.

Finalmente, objetivando minimizar as limitações ocorridas ao longo desta investigação via Pesquisa de Campo, sugere-se o uso da Entrevista em Profundidade como técnica metodológica para ampliar/aprofundar as informações e dados até aqui coletados, analisados e expostos neste estudo, principalmente, pelo predomínio da utilização de dados/informações secundários em poder das cooperativas COOPERCICLA e COOREPA, e de acesso a sites de órgãos oficiais como a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL).

## 6. REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. H. C. Rede de economia solidária: estrutura do modelo organizacional e sua relação com as instituições sociais. In HECKERT, S. M. R. et al. Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003 p. 177-198.
- ALVES, J. N. et al. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. Cadernos Ebape. Br, v. 14, n. 2, p. 243-257, 2016.  
<https://doi.org/10.1590/1679-395120257>
- ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. Revista de administração contemporânea, v. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.
- ANDRADE, L. R. Introdução ao direito alternativo. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1994.
- APPE, Susan. Civil Society Organizations in a Post-Aid World: New Trends and Observations from the Andean Region. *Public Administration and Development*, v. 37, n. 2, 2017.
- ARAUJO, G. C.; CARDOZO, B. D. A. Cenário organizacional da contabilidade gerencial em uma cooperativa de reciclagem: um estudo de caso na cooperativa recicla Paranaíba. *Revista UNIFEB*, v.1, n.18, 2016.
- ARAUJO, G. C.; OLIVEIRA, M. C.; MARIANI, M. A.P. Cooperativa recicla Paranaíba sob perspectiva da economia solidária. In: \_\_\_\_\_. Ensino, pesquisa e extensão na Coorepa. Campo Grande: UFMS, 2017.
- BALTAR, P. E. A. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In OLIVEIRA, A. et al. Economia e trabalho. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BASTOS, L. C.; DE ANDRADE, L. B. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 31, n. 4, 2015.  
<https://doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>
- BELL, M. P. et al. Diversity, discrimination, and persistent inequality: Hope for the future through the solidarity economy movement. *Journal of Social Issues*, v. 74, n. 2, p. 224-243, 2018.  
<https://doi.org/10.1111/josi.12266>
- BERNASCHI, D.; CRISCI, G. Towards a More Democratic and Sustainable Food System: The Reflexive Nature of Solidarity Purchase Groups and the Migrants' Social Cooperative "Barikamà" in Rome. *Sustainable Agriculture and Food Security: Aspects of Euro-Mediterranean Business Cooperation*, p. 1-19, 2018.
- BOROWIAK, C. et al. Navigating the fault lines: Race and class in Philadelphia's solidarity economy. *Antipode*, v. 50, n. 3, 2018.  
<https://doi.org/10.1111/anti.12368>
- BORZAGA, C.; SALVATORI, G.; BODINI, R. Social and solidarity economy and the future of work. *Euricse Working Paper for the ILO/International Labour Office*, Geneva: ILO, 2017.
- BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BRASIL, Decreto-lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 dez. 1971.

- CANÇADO, A. C. A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In\_ SILVA JUNIOR et al. Gestão social: Práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Laboratório interdisciplinar de estudos em gestão social UFC, 2008.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos teóricos da gestão social. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v.5, n.1, p.4-19, 2015.
- CATTANI, A. D. A outra economia. Porto Alegre, Veraz, 2003.
- CARVALHO, H. J. R.; CALIXTO, F. A. Desenvolvimento das forças produtivas como condição para surgimento de relações sociais de produção solidárias: o caso da Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba-MG, 2014.
- CHIZZOTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de Pesquisa em Administração. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de pesquisa em administração. Tradução de Iuri Duquia Abreu. 10. ed. Porto Alegre: Bookman. 2011.
- COSTA, P. A. Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha, 2003. 122 p. Dissertação (Mestrado em administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.
- COSTA, I. A. OLIVEIRA, L. J. Valorização do trabalho humano e inclusão social no brasil: a responsabilidade empresarial e as políticas públicas para a inclusão das pessoas com deficiência. *Revista do direito do trabalho e meio ambiente do trabalho*, v. 3, n. 1, p. 76-93, 2017.
- CRUZ, A.. Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária. Campinas: UNICAMP, 2002.
- DE OLIVEIRA, A. R.; PALAFOX, G. H. M.; DE ALMEIDA C. F. O serviço social no contexto da economia popular solidária: a experiência de Uberlândia, minas gerais. *Serviço Social & Realidade*, v. 20, n. 2, 2018.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i3p345-354>
- DE OLIVEIRA LUSI, I. A.; TESSARINI, L. A.; MORATO, G. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: realidade da incubação de empreendimentos econômicos solidários com participação de usuários de serviços de saúde mental. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 26, n. 3, p. 345-354, 2015.
- DINIZ, E. J. Tensões e distensões na construção do habitus associativo: uma análise comparativa nas Organizações Associativas de Catadores de Lixo na Paraíba. 2008. Tese(Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- DOWBOR, L. Gestão social e transformação da sociedade. In: ARBIX, G.; ZILBOVHIUS, M.; ABRAMOVAY, R. Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP, p. 197-221, 2001.

FAZÃO, D. Biografia de Bentinho, 2017. Disponível em <<https://www.ebiografia.com/betinho/>> acesso em: 10 de maio de 2018.

FERNANDES, B. S.; DINIZ, S. C. The popular economy, the de/coloniality of power and the solidarity economy: notes for a Latin American debate. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 2, p. 254, 2018

<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p254>

FRAISSE, Laurent et al. Social enterprise in France: at the crossroads of the social economy, solidarity economy and social entrepreneurship?. France: ICSEM WorkingPapers, 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise&Dados*, 2002, p. 9-19. v. 12

HART, Keith; LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio. Building the human economy together. **The Human Economy: a citizen's guide. Cambridge: Polity**, 2010.

GAIGER, L. I. . A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Outra economia*, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2009, p. 81-99

<https://doi.org/10.4000/rccs.401>

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides; VERONESE, Marília Veríssimo. Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. *Psico*, v. 40, n. 1, p. 10, 2009.

GUEDES, C. A. M. et al. O mundo do trabalho brasileiro em perspectiva histórica: uma leitura a partir da crise do padrão de desenvolvimento e globalização. *Uberlândia: Revista de Economia Ensaio da UFU*, Vol. 10, nº 2, 07/1996, pp-143-162.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. Autogestão: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GUTBERLET, J.; TREMBLAY, C.; MORAES, C. The community-based research tradition in Latin America. In: *Higher Education and Community-Based Research*. Palgrave Macmillan, New York, 2014. p. 167-180.

[https://doi.org/10.1057/9781137385284\\_12](https://doi.org/10.1057/9781137385284_12)

HAIR, J. F. et al. Método de pesquisa em administração. Tradução de Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JERÔNIMO, F. B. et al. Redes de cooperação e mecanismos de coordenação: a experiência da rede formada por sete sociedades cooperativas no Rio Grande do Sul. *Ribeirão Preto. XLIII congresso da SOBER*, 2005

JÚNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca; WILSON, C. Análise de conteúdo. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, p. 380, 2005.

KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAVILLE, J. L. A economia solidária: um movimento internacional. *Revista crítica de ciências sociais*, 2009. p. 7-47

<https://doi.org/10.4000/rccs.381>

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, 2002.

- LEONELLO, J. C. O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária. 2010: 145-f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Franca, 2010
- MAGALHÃES, R. S.; TODESCHINI, R. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, pp-135-158.
- MAINWARING, S. D. SHARE (forthcoming). Transitions through transaction: democratization in Brazil a Spain. In Wayne S. (ed.). Political liberalization in Brazil: Dynamics, Dilemmas, perspectives, Boulder, CO: Westview Press, 1986.
- MANCE, E. A.. A revolução das redes de colaboração solidaria. Encontro Internacional de Economias Salesianas, Sevilha, 2005.
- MANIN, B. The principles of representative government. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- <https://doi.org/10.1017/CBO9780511659935>
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Global, 1981.
- MARX, K. Extractoda«MensagemInaugural» ao 1º Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, in: MARX, R. L., LENINE, P. MaoTse-Tung. Cooperativismo e Socialismo. Tradutor: Rui Namorado. Coimbra: Centelha, 1979.
- MATTOSO, J. E. L. A desordem do trabalho. São Paulo: Editora Scritta, 1995.
- MAUAD, Marcelo J. L. As cooperativas de trabalho e sua relação com o direito do trabalho. Revista Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, v. 6, n. 1, 2015.
- MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. Mulheres no Terceiro Setor: “mirem-se...no exemplo...daquelas mulheres...de Atenas...”, 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Gestão de Negócios da UFU, Uberlândia.
- MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- MELUCCI, A. A invenção do presente – movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENEGHETTI, P.C.; FAVARIN, A. P.S. Justiça restaurativa e economia solidária: uma soma de esforços para o problema das prisões brasileiras. Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016.
- MILIBAND, R. Análise de classes. In teoria social hoje. (orgs.) Anthony Giddens e Jonathan Turner; tradução de Gilson César Cardoso Souza. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- MOTTA, F. C. P. [et al]. Participação e participações: ensaio sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- NASCIMENTO, C. Autogestão: economia solidária e utopia. Outra economia, v. 2, n. 3, p. 27-40, 2011.
- NEAMTAN, Nancy. The social and solidarity economy: towards an „alternative” globalisation. In: MENDELL, A. Citizenship and Globalization: Exploring Participation and Democracy in a Global Context. Vancouver: CanadianComission for Unesco, 2002.

NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, p. 205-211, 2003.

OLIVEIRA, A. L. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. Revista Gênero, v. 5, n. 2, 2013.

OLIVEIRA, B. A. M. O. As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. 2006. 245 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

OLIVEIRA, J. P. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 325-332, 2008.

<https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5290>

OLSON, M. A. Lógica da ação coletiva: bens públicos e a teoria dos grupos. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 14.

PALERMO, V. e SARAIVA, M. G. Estabilización y reformas: la gestión política del plan real (1994-2000). CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000 (mimeo).

PAPADAKI, M. ; KALOGERAKI, S. Exploring Social and Solidarity Economy (SSE) during the Greek Economic Crisis. Partecipazione e Conflitto, v. 11, n. 1, p. 38-69, 2018.

PAULA, R.C.G.; MAGALHÃES, C. A. T. A reinserção do ex. presidiário no mercado de trabalho: um olhar sob a perspectiva da perda de identidade. Letras Jurídicas, v. 3, n. 2, p. 258-264, 2016.

PEREIRA SILVA, S.; CARNEIRO, L. M. Os Novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos, IPEA, 2016.

PEREIRA SILVA, S. A organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: Dilemas e Potencialidades sob a ótica da Economia Solidária, IPEA, 2017.

PINHO, D. B. O pensamento cooperativista e o cooperativismo brasileiro. São Paulo: Pioneira, 1982.

POCHAMNN, M. Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil. Campinas, SP: IE/CESIT/UNICAMP, 06/1998.

\_\_\_\_\_. Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. XXV Encontro Nacional de Economia – ANPEC. Recife, 12/1997.

PRZEWORSKI, A. Capitalismo e socialdemocracia. Tradução de Laura T. Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAKOPOULOS, Theodoros. „Movementality“, Economic Democracy and Social Reproduction during Crisis. Economy for and against Democracy, v. 2, p. 161, 2015.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta, v. 75, p. 91-99, 1997.

RIOS, G. S. L. O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense. 1987.

ROCHA, C. L. A. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. Revista Interesse Público, v. 4, n. 2, p. 23-48, 1999.

SAHAKIAN, Marlyne. The social and solidarity economy: why is it relevant to industrial ecology?. In: Taking stock of industrial ecology. Springer, Cham, 2016. p. 205-227.

[https://doi.org/10.1007/978-3-319-20571-7\\_10](https://doi.org/10.1007/978-3-319-20571-7_10)

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. B. Metodologia de pesquisa. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller. 1999.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. 2009.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SERIGATI, F. C.; DE AZEVEDO, P. F. Comprometimento, características da cooperativa e desempenho financeiro: uma análise em painel com as cooperativas agrícolas paulistas. Revista de Administração, v. 48, n. 2, p. 222-238, 2013.

<https://doi.org/10.5700/rausp1084>

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os Novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. 2016.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. Sociedade e estado, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

<https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>

\_\_\_\_\_. A economia solidária no governo federal. 2004a.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos avançados, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004b.

\_\_\_\_\_. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma utopia militante. Repensando o socialismo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOTIROPOULOS, D. A.; BOURIKOS, D. Economic crisis, social solidarity and the voluntary sector in Greece. Journal of Power, Politics & Governance, v. 2, n. 2, p. 33-53, 2014.

SUCUPITA, G. I. C.; COSTA, A. L. M.; DA SILVA, M. G.; SCHITINO, B. R. S. As incubadoras de tecnológicas de cooperativas populares e o desafio de formação em rede. In ALVES, Jean Carlos Machado; CURI FILHO, Wagner Ragi. Interdisciplinaridades, empoderamento e tecnologia social: experiências de economia solidária em uma ITCP. São Paulo: All Print Editora. 2017

TAUILE, J. R. Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: uma tipologia da economia solidária e autogestão. Brasília (DF): Irrestrita; TEM/IPEA/ANPEC, 2005.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. B. et al. Cooperativas de trabalho na administração pública. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.



TENORIO, F. G. (Re)visando o conceito de gestão social. In\_ SILVA JUNIOR et al. Gestão social: Práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Laboratório interdisciplinar de estudos em gestão social UFC, 2008.

TOSI, H. L. e HAMNER, S. C. Organizational behavior and management: a contingency approach. Chigaco: St. Clair Press, 1974.

VANZELLA, E.; NETO, E. A. L.; DA SILVA, C. C. A terceira idade e o mercado de trabalho. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 14, n. 4, p. 97-100, 2011.

<https://doi.org/10.4034/RBCS/2010.14.04.13>

VAZ, T. R. D.; DA SILVA, M. A. C.. Duas andorinhas fazem primavera – ação competente na universidade. In: ARAUJO, G. C.; OLIVEIRA, M. C.; MARIANI, M. A. P. Ensino, pesquisa e extensão na COOREPA. Campo Grande: UFMS, 2017.

VERAS NETO, F. Q. Aspectos jurídicos e políticos do cooperativismo: uma abordagem alem da dogmática, 2000. 341 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2000.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012

VILLELA, João Baptista. Variações impopulares sobre a dignidade da pessoa humana. Doutrina: edição comemorativa 20 anos, p. 559, 2017.

VLACHOKYRIAKOS, Vasillis et al. HCI, Solidarity Movements and the Solidarity Economy. In: Proceedings of the 2017 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems. ACM, 2017. p. 3126-3137.

YIN, R. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2 ed. 2001.



Fonte:FBES, Fórum brasileiro de economia solidária: carta de princípios da economia solidária, 2018. Disponível em:  
<[http://cirandas.net/articles/0030/2526/carta\\_de\\_principios\\_do\\_FBES.pdf](http://cirandas.net/articles/0030/2526/carta_de_principios_do_FBES.pdf)> acesso em 20 de agosto de 2018

## APÊNDICE1: Princípios de Economia Solidária

### Origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de autogestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos – economia solidária, economia social, sócio economia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc., têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

## 2. Convergências – O que é a Economia Solidária

### Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

### Princípios específicos

#### Por um sistema de finanças solidárias

Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos

mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.

A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.

A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão

participativa.

A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.

A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.

Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.

O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

### 3. A Economia Solidária não é:

A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.

A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.

A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores

de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

## APENDICE 2: Metas do plano nacional de economia solidária (2015-2019)

Fonte: BRASIL. 1º Plano nacional de economia solidária. Brasília, 2015 disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>> acesso em 20 de agosto de 2018

- 1) Apoiar e fortalecer 20 (vinte) mil empreendimentos econômicos solidários com a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários.
- 2) Fomentar a organização em redes de cooperação de 4 (quatro) mil empreendimentos econômicos solidários visando o adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo.
- 3) Fomentar a participação de 80 (oitenta) mil mulheres em Empreendimentos Econômicos Solidários por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo.
- 4) Fomentar e fortalecer 300 (trezentos) empreendimentos econômicos solidários, compostos majoritariamente por jovens, por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias, e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo.
- 5) Fomentar e fortalecer 1 (um) mil cooperativas, associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e na cadeia produtiva da reciclagem.
- 6) Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e cooperativas sociais integrados por 10 (dez) mil pessoas em desvantagem social
- 7) Fomentar 2 (duas) mil iniciativas de finanças solidárias com Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário na promoção da dinamização econômica territorial.
- 8) Promover a formação de 200 (duzentas) mil pessoas em economia solidária, contemplando as necessidades dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, e gestores públicos.
- 9) Implantar o Sistema Público de Economia Solidária, conforme previsto no PL 4685/2012, para promover a integração e articulação das políticas públicas de economia solidária nos municípios, estados e União; a efetiva participação das organizações da sociedade civil; a articulação intersetorial com as demais políticas; com fundos públicos de financiamento dos programas, projetos e ações de fomento e linhas de crédito específicas para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.